



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DO COMÉRCIO

RELATÓRIO

WORKSHOP DE VALIDAÇÃO NACIONAL

SOBRE

**O ESTUDO DE DIAGNÓSTICO PARA A INTEGRAÇÃO
DO COMÉRCIO**

LUANDA – 13 de Julho de 2007

ÍNDICE

Pag.

1. PREÂMBULO -----	4
2. DESENVOLVIMENTO DAS SESSÕES DE TRABALHO -----	4
2.1 –POLÍTICA COMERCIAL, ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA, SIMPLIFICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS ADUANEIROS, CAPACITAÇÃO E COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS COMERCIAIS -----	4
2.2 – DESENVOLVIMENTO DO SECTOR PRIVADO -----	5
2.3 – SAÚDE, PESCAS E AGRICULTURA -----	5
2.4 - INDÚSTRIA TRANSFORMADORA, TURISMO, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES -----	6
3. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES -----	6
4. ANEXOS -----	7
4.1 – PROGRAMA DO WORKSHOP -----	8
4.2 – METODOLOGIA DO TRABALHO -----	10
4.3 –LISTA DAS INSTITUIÇÕES CONVIDADAS AO WORKSHOP -----	12
4.4 LISTA DOS PARTICIPANTES PRESENTES AO WORKSHOP	
4.5 – CONTRIBUIÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO -----	17
4.5.1 – CONTRIBUIÇÕES DO GRUPO 1 -----	22
4.5.2 - CONTRIBUIÇÕES DO GRUPO 2 -----	31
4.5.3 - CONTRIBUIÇÕES DO GRUPO 3 -----	35
4.5.4 - CONTRIBUIÇÕES DO GRUPO 4 -----	40
4.6 – MATRIZ ACTUALIZADA -----	47

1. PREÂMBULO

Sob a supervisão do Ministério do Comércio da República de Angola, realizou-se nos dias 11 e 12 de Julho de 2007, em Luanda, no auditório da empresa AAA Seguros, sito na Avenida Lenine nº 58, o Workshop de Validação Nacional do Estudo de Diagnóstico para Integração do Comércio, com o apoio do PNUD, Organização Mundial do Comércio, UNCTAD, Centro do Comércio Internacional (CCI) e do Banco Mundial.

A sessão de abertura contou com a presença dos membros do Governo, de entre outros suas Excelências Senhor Doutor Aguinaldo Jaime, Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro, que presidiu a Sessão de Abertura, o Senhor Engº Desidério Costa, Ministro dos Petróleos e o Senhor Doutor Joaquim Icuma Muafuma, Ministro do Comércio , o Senhor Doutor Manuel Cruz Neto, Vice – Ministro do Comércio, sociedade civil, universidades e algumas ONGs. Na sessão de encerramento estiveram presentes, os governantes acima referenciados, com a excepção do Ministro dos Petróleos.

Dos presentes, destacamos a intervenção da Sua Excelência Senhor Doutor Aguinaldo Jaime, Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro que na sua locução de abertura enalteceu e encorajou os participantes para um engajamento dos trabalhos com vista a elaboração do documento final que seria apreciado pelo Conselho de Ministros antes da dotação dos fundos pelos doadores internacionais e a sua consequente execução. O mesmo realçou dos esforços empreendidos pelo Governo angolano no sentido da estabilização macro-económica sobre os diferentes sectores de actividade económica e social.

Paralelamente, a Sra. Gita Welch, Representante Residente do PNUD em Angola, na sua intervenção sublinhou a importância da Validação Nacional do Estudo de Diagnóstico que constitui um passo importante na implementação da iniciativa do Quadro de Integração do Comércio. Esta validação deverá conduzir a integração do comércio nas estratégias e planos de crescimento do País, ilustrando assim a importância primordial da área do comércio no desenvolvimento sustentado de Angola, nomeadamente na redução da pobreza.

Do ponto de vista da interlocutora, é essencial que o processo de implementação desta iniciativa integrada produza resultados concretos em Angola. Para tal é necessário que haja um enfoque claro nos factores que devem determinar a produção de tais resultados. De entre esses factores, destaca-se o que está relacionado com a necessidade de se assegurar um apoio efectivo e consequente por parte da comunidade doadora.

O principal objectivo do Workshop que contou com uma participação diversificada foi de rever e validar a matriz de acções do Estudo de Diagnóstico para Integração do Comércio (EDIC) que prioriza as áreas relacionadas com o comércio, susceptíveis da assistência técnica.

Durante a Sessão de Abertura, o Dr. Francisco Carneiro, economista sénior do Banco Mundial fez a apresentação do relatório do Estudo Diagnóstico sobre a Integração do Comércio (EDIC) elaborado por Nathan Associates Inc. em Novembro de 2006.

Os trabalhos foram conduzidos de acordo com a metodologia proposta, (ver anexo 4.2) que consistia na análise e actualização da matriz de acções do EDIC. Neste particular, foram constituídos quatro grupos temáticos que analisaram separadamente os seguintes tópicos da matriz:

GRUPO 1 – Coordenado pelo Sr. Lusevikueno João, Director Nacional da Política Comercial do Ministério do Comércio.

Política Comercial, Administração Aduaneira, Simplificação dos Procedimentos Aduaneiros, Capacitação e Coordenação de Políticas Comerciais.

GRUPO 2 - Coordenado pelo Sr. Ernesto Ramos , Direcção de Preços do Ministério das Finanças.

Desenvolvimento do Sector Privado.

GRUPO 3 – Coordenado pela Sra. Antónia Nelumba Directora Nacional de Infra – Estruturas e Pescas do Ministério das Pescas.

Saúde, Pescas e Agricultura.

GRUPO 4 - Coordenado pelo Sr. Kiala Gabriel – Director do Instituto de Desenvolvimento Industrial.

Indústria Transformadora, Turismo e Transportes.

As sessões de trabalho contaram com a animação, e o apoio competente dos coordenadores, moderadores e relatores.

Neste Workshop, foi amplamente reconhecido que o Quadro Integrado (QI) é um mecanismo importante para que o país insira o comércio na sua estratégia de desenvolvimento, de redução da pobreza, com vista a sua inserção no comércio mundial.

Considerando a dinâmica que caracteriza a economia angolana, o presente relatório visa apresentar em síntese, as contribuições dos quatro grupos de trabalho constituídos, consubstanciadas na actualização da matriz das acções identificadas no relatório do EDIC.

2. DESENVOLVIMENTO DAS SESSÕES DE TRABALHO

Durante as sessões de trabalho, os participantes ao Workshop de Validação Nacional do EDIC inscreveram-se em quatro grupos, debruçando-se sobre o relatório principal, assim como, no sumário executivo com a finalidade de enriquecer a matriz de acções inicialmente apresentada.

Os integrantes de cada grupo de trabalho, participaram activamente nas suas sessões, o que permitiu fazer profundas reflexões e debates sobre as matérias acometidas, fazendo sugestões e propostas conducentes ao melhoramento da matriz proposta, conforme abaixo se descreve:

PRIMEIRO GRUPO: Política Comercial, Administração Aduaneira, Simplificação dos Procedimentos Aduaneiros, Capacitação e Coordenação de Políticas Comerciais.

Depois da profunda análise da Matriz de Acção e verificada a sua relevância no contexto actual, o grupo apresentou várias propostas de emendas nas acções da referida matriz por se encontrarem ultrapassadas ou em via de execução imediata, tendo as mesmas sido aceites (ver anexo 4.5.1).

SEGUNDO GRUPO: Desenvolvimento do Sector Privado.

Na generalidade, considera-se aceitável o conteúdo da matéria constante do sumário do documento denominado “**Angola: Estudo de Diagnóstico para a Integração do Comércio**”. No entanto, tendo em conta as dificuldades vividas em Angola durante o período da guerra que impossibilitou os investimentos em vários domínios da vida nacional, reconheceu – se que o sector privado foi o mais afectado, não obstante os esforços do Governo para minimizar os efeitos do passado. Nesta perspetiva, conclui-se haver necessidade de alguns ajustamentos e actualizações, tendo-se registado recomendações gerais e específicas (ver anexo 4.5.2).

TERCEIRO GRUPO: Saúde, Pescas e Agricultura.

Grosso modo, o trabalho deste grupo concentrou-se na análise de três sectores vitais para a vida nacional, nomeadamente, a saúde, as pescas e a agricultura, que têm causado uma considerável dependência e enormes gastos para o desenvolvimento sócio-económico do país.

A apreciação do relatório principal e do sumário executivo permitiu concluir que de modo geral, o estudo responde aos objectivos preconizados, tendo-se sugerido alterações e emendas atinentes à peculiaridade dos sectores acima referenciados, com as necessárias adequações à actual realidade. (ver anexo 4.5.3).

Tendo em conta a pertinência e natureza da problemática, foi sugerida a criação de laboratórios para análise de medicamentos importados à semelhança do que se faz com outros produtos de consumo antes da sua colocação no mercado do país.

QUARTO GRUPO: Indústria Transformadora, Turismo e Transportes.

Da análise das acções constantes na matriz de acção, o grupo sugeriu que a mesma fosse actualizada em toda a sua extensão, a luz do programa geral do Governo referente ao período de 2006-2008. A referida matriz de acção deve ser reformulada com o concurso dos técnicos especializados dos sectores envolvidos, devendo para o efeito ser revista alguma terminologia técnica utilizada, assim como as informações nela contidas.

De igual modo, considerou-se que um grande número de acções constante da matriz já está em fase da execução. Não foram analisados aspectos ligados ao sector mineiro, urbanismo, habitação e ambiente por falta de referências destas matérias na matriz de acção em questão. De igual modo assuntos como energia, água e estradas, não foram objecto de tratamento, por ausência dos respectivos sectores. Entretanto, o grupo entendeu introduzir o sector de comunicações e meteorologia, por não constar na matriz de acções. As recomendações constam do anexo (ver em anexo 4.5.4).

3. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

3.1. De modo geral, o Workshop que visou a Validação Nacional do Estudo de Diagnóstico para Integração do Comércio alcançou os objectivos preconizados. Neste particular, foram colhidas contribuições dos vários sectores que permitiram enriquecer e melhorar a Matriz de Acção, facilitando a formalização da sua validação e adopção oficial pelo Governo.

3.2. O interesse manifestado pelos diferentes técnicos, especialistas e organismos participantes ao Workshop demonstrou a necessidade da reformulação e actualização de alguns objectivos, da programação de acções, assim como, do prazo de execução, a implementação das acções recomendadas, a mobilização da assistência técnica necessária e a obtenção do apoio financeiro de instituições internacionais para a sua concretização.

3.3. De forma consensual, os participantes foram unânimes em reconhecer e recomendar, a necessidade da inclusão dos Ministérios que superintendem os vários sectores, nas diversas acções programadas, não esquecendo a coordenação do Ministério do Planeamento da República de Angola, na sua qualidade de Ordenador Nacional.

3.4. Após a aprovação da matriz de acção pelo Conselho de Ministros do Governo da República de Angola, os doadores irão disponibilizar recursos financeiros necessários para a implementação das acções identificadas como prioritárias.

3.5. Os participantes recomendaram a criação urgente do Comité Nacional com carácter multisectorial, de Gestão do Quadro Integrado .

- 3.6. A margem do Workshop, foi realizado um encontro na Representação Residente do Banco Mundial em Luanda, em que participaram, o Banco Mundial, a CNUCED o CCI, a OMC, BAD, a representante da embaixada da Itália e o Ministério do Comércio representado pelo Sr. Lusevikueno João Director Nacional da Política Comercial, Sr. Fragoso Neto, e Sr. N´dofula Vita.
- 3.7. O encontro teve como objectivo:
- discutir com as Agências no sentido de se traçar as linhas mestras para actualização do Estudo de Diagnóstico elaborado em 2006 pelo Banco Mundial, tendo em conta as reservas emitidas pelos participantes durante o evento;
 - definição dos prazos para o envio do Estudo de Diagnóstico revisto, até 15 de Agosto do ano em curso;
 - analisar o período para a sua criação até 15 de Agosto, do Comité Nacional de Gestão do Quadro Integrado, composto pelos sectores governamentais, privados e sociedade civil;
 - nomeação do Ponto Focal;
 - nomeação do Doador Principal, que servirá de ponto de ligação entre o País e os doadores;
 - nomeação de um facilitador para assistir o País nas suas demarches.

4. ANEXOS

Anexo 4.1– Programa do Workshop



República de Angola
Ministério do Comércio

Agenda

Workshop de Validação Nacional
Estudo de Diagnóstico para Integração do Comércio (EDIC)
Auditório da Empresa AAA Seguros, Avenida Lenine Nº. 58
Dia 11 de Julho de 2007

1. 08h00 min – Registo dos Participantes
2. 09h00 min – Sessão de Boas Vindas – Sua Excelência
Sr. Joaquim Icuma Muafumba, Ministro do
Comércio
3. 09h05 min – Abertura Formal – Sua Excelência
Sr. Aguinaldo Jaime, Ministro Adjunto do Primeiro
Ministro
4. 09h15 min – Discurso – Exma. Sra. Gita Welsh, Representante
Residente a.i., PNUD
5. 09h25 min – Introdução do Programa do QI – Exma. Sra. Christiane
Kraus ou Sr. Sari Laaksonen, Representante da OMC.
6. 10h00 min – Apresentação do Estudo do Diagnóstico para a
Integração do Comércio (EDIC) – Exmo. Sr. Francisco
Carneiro, Economista do Banco Mundial para o País
7. 10h45 min – Coffee Break (15 min)
8. 11h00 min – Debates e Formação dos Grupos de Trabalho –
Exmo. Sr. Amadeu Leitão, Porta-voz
9. 12h30 min – Almoço
10. 13h30 min – Início dos Trabalhos de Grupo
11. 15h30 min – Coffee Break
12. 15h45 min – Reinício dos Trabalhos de Grupo
13. 17h30min – Encerramento dos trabalhos do 1º dia



WORLD TRADE
ORGANIZATION



20 de Junho de 2007



República de Angola
Ministério do Comércio

Agenda

*Workshop de validação Nacional
Estudo de Diagnóstico para Integração do Comércio (EDIC)
Auditório da Empresa AAA Seguros, Avenida Lenine No. 58
Dia 12 de Julho de 2007*

1. 08h30 min – Continuação e Conclusão dos Trabalhos de Grupo
2. 9h45 min – Apresentação das Conclusões no Grupo de Trabalho pelo Coordenador
3. 10h00 min – Coffee Break
4. 10h15 min – Apresentação em Plenária dos Trabalhos de Grupo pelo Coordenador
5. 12h30 min – Leitura das Conclusões Gerais do Workshop – Exmo. Sr. Amadeu Leitão, Porta Voz
6. 13h00 min – Encerramento: Discurso proferido por S. Exa. Sr. Joaquim Duarte David, Ministro da Indústria
7. 13h30 min – Almoço de Encerramento



WORLD TRADE
ORGANIZATION



International Trade Centre
2021/2010

20 de Junho de 2007

Anexo 4.2- Metodologia de trabalho

Workshop de Validação Nacional Estudo do Diagnóstico para Integração do Comércio (EDIC)

Metodologia de Trabalho

Para uniformizar e criar a dinâmica nos distintos grupos de trabalho, propõe-se a seguinte forma de aproximação metodológica:

A/ Os membros de cada grupo devem participar de forma activa e integrada durante as sessões de trabalho; fazendo sugestões e propostas conducentes ao melhoramento da matriz proposta. Cabendo aos facilitadores (o coordenador, moderador e relator) responsabilizar-se pelo seguinte:

1. **Analisar** as acções propostas no esboço da matriz;
2. **Tomar notas** das sugestões, argumentos e propostas de melhoramento da matriz pelos membros do grupo durante as discussões;
3. **Registar** as observações para a correcção da matriz;
4. **Estruturar** as sugestões de melhoramentos com as devidas alterações;
5. **Resumir** as sugestões e pontos principais da matriz de uma forma hierarquizada com vista a falicitar a apresentação durante a plenária.

B/ Organização das sessões de trabalho:

Para uma melhor racionalização de tempo e produtividade a nível de cada grupo, as sessões de trabalho devem ser organizadas de maneira a que se consegue debater os assuntos previamente definidos. Assim, a duração de trabalho é estruturada da seguinte forma:

- Quarenta e cinco minutos para análise e discussão;
- Quinze minutos para resumo e apresentação das conclusões parciais a nível de cada grupo;

- Uma hora para compilação das conclusões parciais pelos coordenadores dos grupos;
- Uma hora e quinze minutos para apresentação das conclusões dos grupos;
- Trinta minutos para a leitura das conclusões finais pelo porta-voz do MINCO.

Nota: O moderador é o responsável pela orientação, animação e gestão do tempo durante a sessão de trabalho do grupo.

Anexo 4.3- lista das Instituições convidadas ao Workshop

Lista dos Convidados ao Workshop Nacional de Validação do EDIC

N.	Titulo	NOME	FUNÇÃO	INSTITUIÇÃO	R. Conv. S/N
1	S. Exa. Sr.	Fernando dos Santos	1o Ministro	Gab. 1º Ministro	*
2	S. Exa. Sr.	Aguinaldo Jaime	Ministro Adj. Do 1o Ministro	Gab. do Min. Adj. Do	*
3	Exma. Sra.	Nilsa Pombal		Secretariado do Conselho de Ministro	*
4				Secretariado do Conselho de Ministro	
5	Exmo. Sr.	Archer Manguera		Assessoria Diplomatica da Presidencia da Rep.	*
6		Carlos Filipe Burity		Assessoria Diplomatica da Presidencia da Rep.	*
7	Exmo. Sr.	Presidente		Assembleia Nacional	
8	Exmo. Sr.	Ana Dias Lourenço	Ministra	Ministério do Planeamento	*
9	Exmo. Sr.	Carlos Alberto Lopes	Vice Ministro	Ministério do Planeamento	*
10	S. Exa. Sr.	Alcino Izata da Conceição	Director do GEP	Ministério do Planeamento	*
11	Exmo. Sr.	José Pedro de Morais	Ministro	Ministério das Finanças	*
12	Exmo. Sr.	Manuel da Neto da Costa	Director do GEREI	Ministério das Finanças	*
13	Exma. Sra.	João N'Gimbi		Ministério das Finanças	*
14	Exma.Sra.	Francisca Forte		Ministério das Finanças	*
15	S. Exa. Sr.	João Bernado Miranda	Ministro	Ministério das Relações Exteriores	*
16	Exmo. Sr.	Virgilio Faria	Dir. Da DORINT	Ministério das Relações Exteriores	*
17	Exmo. Sr.	António Winie Nunes "Mona"	Dir.Cooperação Internacional	Ministério das Relações Exteriores	*
18	S.Exa Sr.	Eduardo Chingunji	Ministro	Ministério da Hotelaria e Turismo	*
19	Exmo Sr.	Director do GEP	Director do GEP	Ministério da Hotelaria e Turismo	*
20	Exmo. Sr.	Director do GII		Ministério da Hotelaria e Turismo	*
21	Exmo Sr.	Januario Marra		Ministério da Hotelaria e Turismo	*
22	S. Exa. Sr.	Diekumpuna Sita José	Ministro	Ministério do Urbanismo e Ambiente	*
23	Exmo. Sr.	Director do GEP	Director do GEP	Ministério do Urbanismo e Ambiente	*
24	S. Exa. Sr.	Pedro Samuel		Ministério do Urbanismo e Ambiente	*
25	S. Exa. Sr.	Joaquim David	Ministro	Ministério da Industria	*
26	Exmo Sr.	Director do GEP	Director do GEP	Ministério da Industria	*
27	S.Exa. Sr.	Director do GII		Ministério da Industria	*
28	Exmo. Sr.	Salomão Xirimimbi	Ministro	Ministério das Pescas	*
29	S. Exa. Sr.	Director do GEP		Ministério das Pescas	*
30	Exma. Sra.	Antónia Nelumba	Directora	Ministério das Pescas	*
31	Exma. Sra.	Director do GII		Ministério das Pescas	*
32	Exma Sra.	Airosa		Ministério das Pescas	
33	Exma. Sra.	António Dolores		Ministério das Pescas	*
34	S. Exa.	André Luís Brandão	Ministro	Ministério dos Transportes	*
35	Exmo Sr.	José João Kuingua	Director do GEP	Ministério dos Transportes	*
36	Exmo. Sr.	Director do GII		Ministério dos Transportes	*
37	Exmo. Sr.	Alain Michel Muvambano		Ministério dos Transportes	*
N.	Titulo	NOME	FUNÇÃO	INSTITUIÇÃO	R. Conv. S/N
38	S. Exa. Sr.	Licínio Tavares Ribeiro	Ministro	Ministério dos Correios e	*

<i>N.</i>	<i>Título</i>	<i>NOME</i>	<i>FUNÇÃO</i>	<i>INSTITUIÇÃO</i>	<i>R. Conv. S/N</i>
				Telecomunicações	
39	Exmo Sr.	Director do GII		Ministério dos Correios e Telecomunicações	*
40	Exmo Sr.	Director do GEP		Ministério dos Correios e Telecomunicações	*
41	Exmo Sr.	António Pedro Bengue		Ministério dos Correios e Telecomunicações	*
42	Sua Exa. Sr.	João Baptista Ngandagina	Ministro	Ministério da Ciência e Tecnologia	*
43	Exmo Sr.	Director do GII		Ministério da Ciência e Tecnologia	*
44	Exmo Sr.	Director do GEP		Ministério da Ciência e Tecnologia	*
45	Exmo Sr.	Lopes Tony Malange		Ministério da Ciência e Tecnologia	*
46	S. Exa.	Boaventura Cardoso	Ministro	Ministério da Cultura	*
47	Exmo. Sr.	Director do GEP		Ministério da Cultura	*
48	Exmo Sr.	Director do GII		Ministério da Cultura	*
49	Exmo Sr.	Afonso Valentim		Ministério da Cultura	*
50	S. Exa Sr.	Roberto Leal Monteiro	Ministro	Ministério do Interior	*
51	Exmo Sr.	Director do GEP		Ministério do Interior	*
52	Exmo Sr.	Director do GII		Ministério do Interior	*
53	Exmo Sr.	Afonso N'Gonga		Ministério do Interior	*
54	S. Exa.	Manuel António Africano	Ministro	Ministério da Geologia e Minas	*
55	Exmo Sr.	Edgar Diogo de Carvalho	Director do GEP	Ministério da Geologia e Minas	*
56	Exmo. Sr.	Director do GII		Ministério da Geologia e Minas	*
57	Exma Sra.	Ruth Mateus		Ministério da Geologia e Minas	*
58	S. Exa. Sr.	Ruben Sicato	Ministro	Ministério da Saúde	*
59	Exmo Sr.	Director do GEPE		Ministério da Saúde	*
60	Exmo. Sr.	Director do GII		Ministério da Saúde	*
61	S. Exa. Sr.	Desidério Costa	Ministro	Ministério dos Petróleos	*
62	Exmo Sr.	José Manuel Santos	Director do GEP	Ministério dos Petróleos	*
63	Exmo. Sr.	Director do GII		Ministério dos Petróleos	*
64	Exma. Sra.	Hersilia Gourgel		Ministério dos Petróleos	*
65	Exma. Sra.	Lucinda Guimarães		Ministério dos Petróleos	*
66	S. Exa. Sr.	João Baptista Kussumua	Ministro	Ministério do MINARS	*
67	Exmo. Sr.	Director do GII		Ministério do MINARS	*
68	Exmo Sr.	Paulo Júnior	Director do GEPE	Ministério do MINARS	*
69	S. Exa. Sr.	Francisco Higinio Carneiro	Ministro	Ministério das Obras Publicas	*
70	S. Exa. Sr. Gen.	Lucas André	Director do GEPE	Ministério das Obras Publicas	*
71	Exmo. Sr.	Director do GII		Ministério das Obras Publicas	*
72	S. Exa. Sr.	António Burity da Silva	Ministro	Ministério Educação	*
73	Exmo Sr.	Jaime Franco	Director do GEP	Ministério Educação	*
74	Exmo. Sr.	Director do GII		Ministério Educação	*
75	Exmo Sr.	Felisberto Mona		Ministério Educação	*
76	Exmo. Sr.	Afonso Pedro Canga	Ministro	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural	*
77	Exmo. Sr.	Hermenegildo da Cruz Vieira Dias	Director do GEPE	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural	*
78	S. Exa Sr.	Claudio Chalule Julio	Consultor do Gab. Ministro	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural	*
79	Exmo. Sr.	Afonso Pedro Kanga	Director do GII	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural	*
80	S. Exa.Sr.	Joaquim Icuma Muafuma	Ministro	Ministério do Comércio	
81	S. Exa. Sr.	Manuel da Cruz Neto	Vice Ministro	Ministério do Comércio	*

82	Exmo. Sr.	João Lusivikueno	Director Nacional da Política Comercial	Ministério do Comércio	*
83	Exmo. Sr.	Director do Gab. De Intercabio Internacional		Ministério do Comércio	*
84	Exmo Sr.	Director de Gabinete de S. Exmo. Sr. Vice Ministro		Ministério do Comércio	*
85	Exmo. Sr.	Director de Gabinete de S. Exa. Sr. Ministro		Ministério do Comércio	*
86	Exmo. Sr.	Sr. Secretário Geral		Ministério do Comércio	*
87	Exmo Sr.	Director do GEP		Ministério do Comércio	*
88	Exmo Sr.	Gomes Cardoso	Director Nacional	Ministério do Comércio	*
89	Exmo. Sr.	Directora do Gabinete Jurídico		Ministério do Comércio	*
90	Exmo Sr.	Director da Direcção Regional Norte		Ministério do Comércio	*
91	Exmo Sr.	Director do Gab. De Inspecção Comercial		Ministério do Comércio	*
92	Exmo Sr.	Director do Inst. Angolano de Defesa do Consumidor		Ministério do Comércio	*
93	Exmo Sr.	Mbumba Tshiku	Chefe de Departamento	Ministério do Comércio	*
94	Exmo. Sr.	Joaquim Pereira Gma	Chefe de Departamento	Ministério do Comércio	*
95	Exmo. Sr.	Bernado Mucaso		Ministério do Comércio	*
96	Exmo. Sr.	Paula Francineth Lisboa		Ministério do Comércio	*
97	Exma. Sra.	Domingas Gaspar Martins		Ministério do Comércio	*
98	Exma. Sra.	João Armindo		Ministério do Comércio	*
99	Exmo. Sr.	Paulo Jorge Chitula		Ministério do Comércio	*
100	Exma. Sr.	Filomena Pereira de Sousa		Ministério do Comércio	*
101	Exmo. Sr.	Fernando N'Dofula		Ministério do Comércio	*
102	Exmo. Sr.	Joaquim Fragoso Neto		Ministério do Comércio	*
103	Exmo. Sr.	Carla Esperança Cosme		Ministério do Comércio	*
104	Exma. Sra.	Linda Martinho Nunes		Ministério do Comércio	*
105	Exma. Sra.	Denise dos Santos		Ministério do Comércio	*
106	Exmo. Sr.	Sebastião Filipe clemente		Ministério do Comércio	*
107	Exma. Sra.	Romualda Inácio		Ministério do Comércio	*
108	Exma. Sra.	Maria Julieta Sebastião		Banco Nacional de Angola	*
109	Exmo. Sr.	Emídio Pinheiro	PCA	Banco do Fomento Angola	*
110	Exmo. Sr.	Paixão Júnior	PCA	Banco Poupança e Crédito	*
111	Exmo. Sr.	Paixão Franco	PCA	Banco de Desenvolvimento de Angola	*
112	Exmo. Sr.	Antonio João dos Santos	Presidente	Camara do Comercio e Industria	*
113	Exmo. Sr.	Alberto Cardoso	Director	Camara do Comercio e Industria	*
114	Exmo. Sr.	Gourgel		Direcção Nacional das Alfandegas	
115	Exmo. Sr.	Silvio Burity	Director Geral	Direcção Nacional das Alfandegas	*
116	Exmo. Sr.	Ari Carvalho	Administrador	ANIP	*
117	Exmo. Sr.	António Prata		ANIP	*
118	Exmo. Sr.	Manuel Gonçalves Botelho		Empresa Nacional de Seguros	*
119	Exmo. Sr.	Representante da Federação das Mulheres Empreendedoras			*
120	S. Exa. Sr.	Arnaldo Calado	Presidente	ENDIAMA	*
121	S. Exa. Sr.	Manuel Vicente	PCA	Sonangol	*
122	Exmo Sr.	Director Geral		Angola Telecom	*
123	Exmo Sr.	Director Geral		INACOM	*
					R. Conv. S/N
124	Exmo Sr.	Director Geral		ENSA	*

125	Exmo sr.	Presidente		Associação de Defesa do Consumidor (ADECOR)	*	
126	Exmo Sr.	Magnifico Reitor	João Teta	Universidade Agostinho Neto	*	
127	Reverendo	Dom Damião Franklin	Reitor	Universidade Católica	*	
128	Exmo. Sr.		Reitor	Universidade Lusíadas		
129	Exmo Sr.		Reitor	Universidade Jean Piaget		
130	Exmo Sr.	Burity da Silva	Reitor	Universidade Independente	*	
131	Exmo Sr.	Reitor		Universidade Metodista	*	
132	Exmo Sr.	Presidente		UNTA	*	
133	Exmo Sr.	Presidente		SGSILA	*	
134	Exma Sra.	Sari Laaksonen		OMC Genebra		
135	Exmo Sr.	Emmanuel Barreto		CCI Genebra		
136	Exma Sra.	Celine Bacrot		CNUCED Genebra		
137	Exmo Sr.	Francisco Carneiro	Economista Sr.	Banco Mundial		
138	Exmo. Sr.	Ian Gillsom	TTL	Banco Mundial		
139	Exma. Sra.	Margarida Bessa	Assistente de Operações	Banco Mundial		
140	Exma. Sra.	Domingas Pegado	Assistente de Operações	Banco Mundial		
141	Exmo. Sr.	João Gabriel Matos Ferreira	Embaixador	União Europeia	*	
142	Exmo Sr..	Paulo Leitão		União Europeia	*	
143	Exmo. Sr.	Francisco Ribeiro Telles	Embaixador	Embaixada de Portugal	*	
144	S. Exa. Sr.	Cynthia Efird	Embaixadora	Embaixada dos Estados Unidos da América	*	
145	S. Exa. Sra.	Diana Swain	Representante Residente	USAID	*	
146	S. Exa. Sra.	Ana Walter	Representante Residente	DFID	*	
147	S. Exa. Sr.	Marcelo Vasconcelos	Embaixador	Embaixada do Brasil	*	
148	S. Exa. Sra.	Arlid Oyen	Embaixador	Embaixada da Noruega		
149	S. Exa. Sr.	Erik Aberg	Embaixador	Embaixada da Suécia	*	
150	S. Exa. Sr.	Susumu Shibata	Embaixador	Embaixada do Japão	*	
151	S. Exa. Sr.	Zhan Beisan	Embaixador	Embaixada da China	*	
152	S. Exa. Sr.	Guy Azais	Embaixador	Embaixada de França	*	
153	S. Exa. Sr.	Torquato Cardilli	Embaixador	Embaixada de Itália	*	
154	S. Exa. Sr.	Javier Vallauré	Embaixador	Embaixada de Espanha	*	
155	S. Exa. Sr.	Humbert Cooreman	Embaixador	Embaixada da Bélgica	*	
156	S. Exa. Sr.	Ingo Winkelmann	Embaixador	Embaixada da Alemanha	*	
157	S. Exa. Sr.	Jan Gijs Schouten	Embaixador	Embaixada da Holanda	*	
158	S. Exa. Sr.	Ralph Publicover	Embaixador	Embaixada do Reino Unido	*	
159	S. Exa. Sr.	Gita Welsh	Representante Residente a.i.	PNUD	*	
160	S. Exa. Sr.	Alfredo Teixeira		PNUD	*	
161	Exmo. Sr.	Michel Botomazava		PNUD	*	
162	S. Exa. Sr.	Jorge Inocêncio Dombolo	Governador do Bengo	Governo do Bengo	*	
163	S. Exa.Sr.	Dumilde das Chagas Rangel	Governador de Benguela	Governo de Benguela	*	
164	S. Exa Sr.	José Amaro Tati	Governador de Bié	Governo Provincial de Bié	*	
165	S. Exa. Sr.	José Anibal Lopes Rocha	Governador de Cabinda	Governo provincial de Cabinda	*	
	N.	Titulo	NOME	FUNÇÃO	INSTITUIÇÃO	R. Conv. S/N
166	S. Exa. Sr.	Pedro Mutinde	Governador do	Governo Provincial do Cunene	*	

			Cunene		
167	S. Exa. Sr.	António Paulo Kassoma	Governador do Huambo	Governo provincial do Huambo	*
168	S. Exa.Sr.	Francisco José R. Da Cruz	Governador da Huíla	Governo Provincial da Huíla	*
169	S. Exa. Sr.	Henrique André Júnior	Governador do Kwanza Norte	Governo Provincial do Kwanza Norte	*
170	S. Exa.Sr.	Serafim do Prado	Governador do Kwanza Sul	Governo Provincial do Kwanza Sul	*
171	S. Exa. Sr.	João Baptista Chindande	Governador do Kuando Kubango	Governo provincial do Kuando Kubango	*
172	S. Exa. Sr.	Manuel francisco G. M.	Governador da Lunda Norte	Governo Provincial da Lunda Norte	*
173	S. Exa.Sr.	Marcial Miji Itengo	Governador da Lunda Sul	Governo provincial da Lunda Sul	*
174	S. Exa.Sr.	Job Capapinha	Governador de Luanda	Governo provincial de Luanda	*
175	S. Exa.Sr.	João Ernesto dos Santos	Governador do Moxico	Governo Provincial do Moxico	*
176	S. Exa.Sr.	Cristóvão Domingos F. C.	Governador de Malange	Governo Provincial de Malange	*
177	S. Exa.Sr.	Álvaro M. B. Neto	Governador do Namibe	Governo provincial do Namibe	*
178	S. Exa.Sr.	António Bento Cangulo	Governador do Uíge	Governo Provincial do Uíge	*
179	S. Exa. Sr.	Pedro Sebastião	Governador do Zaire	Governo Provincial Zaire	*
180	Exmo. Sr.	Luyeki Francisco Dombaxi	Chefe Dpto	Ministerio do Comercio	*
181	Exmo Sr.	Nsiamalembe Nalu Nsiam	Chefe Dpto	Ministerio do Comercio	*
182	Exmo. Sr.	Mbungua Francisco Rosada	Chefe Dpto	Ministerio do Comercio	*
182	Exmo. Sr.	Moises de carvalho	Chefe Dpto	Ministerio do Comercio	*
184	Exmo. Sr.	Manuel Joao da Silva	Chefe Dpto	Ministerio do Comercio	*
185	Exmo. Sr.	Joaquim Pereira da Gama	Chefe Dpto	Ministerio do Comercio	*
186	Exma. Sra.	Angela Maria Pedro Miguel	Chefe Dpto	Ministerio do Comercio	*
187	Exmo. Sr.	Coimbra Adao Manuel	Chefe Dpto	Ministerio do Comercio	*
188	Exma. Sra.	Joana Feliciano	Chefe Dpto	Ministerio do Comercio	*
189	Exmo. Sr.	Albino Velasco da Silva	Chefe Dpto	Ministerio do Comercio	*
190	Exmo. Sr.	Julio Mateus Neto	Chefe Dpto	Ministerio do Comercio	*
191	Exma. Sra.	Marcelina Claudio Andre	Chefe Dpto	Ministerio do Comercio	*
192	Exmo. Sr.	Almeida Domingos Manuel	Chefe Dpto	Ministerio do Comercio	*
193	Exma. Sra.	Elsa Maria Santos	Chefe Dpto	Ministerio do Comercio	*
194	Exmo. Sr.	Vicente Bernardo	Chefe Dpto	Ministerio do Comercio	*
195	Exmo. Sr.	Francisco Armindo	Chefe Dpto	Ministerio do Comercio	*
196	Exmo. Sr.	Dr. André Mia-Veta		COSEP	*
197	Exmo. Sr.	Dr. Quintino Fonseca		COSEP	*
198	Exmo. Sr.	Mbuta Jose		COSEP	*
199	Exmo. Sr.	Lusundiso Emanuel		COSEP	*
200	Exmo. Sr.	Antonio Wai		COSEP	*

Anexo 4.4 - LISTA DOS PARTICIPANTES PRESENTES AO WORKSHOP

LISTA DE PARTICIPANTES AO WORKSHOP NACIONAL DE VALIDAÇÃO DO EDIC

LISTA DE PARTICIPANTES AO WORKSHOP NACIONAL DE VALIDAÇÃO DO EDIC GRUPO I

<i>N.</i>	<i>Título</i>	<i>NOME</i>	<i>FUNÇÃO</i>	<i>INSTITUIÇÃO</i>	<i>R. Conv. S/N</i>
1	S. Exa. Sr.	Joao Lusevikueno	Coordenador	Ministério do Comércio	*
2	S. Exa. Sr.	Manuel da Cruz Neto	Moderador	Ministério do Comércio	*
3	Exma. Sra.	Filomena Pereira de Sousa	Relator	Ministério do Comércio	*
4	Exmo Sr	Jose Paulino Cunha da Silva	Participante	Ministério do Interior	
5	Exma. Sra.	Domingas Martins	“	Ministério do Comércio	*
6	Exmo Sr	Emanuel Dimena Lufundisu	“	Cosep	*
7	Exmo Sr	Moiseis de Carvalho	“	Ministério do Comércio	
8	Exmo. Sr.	Sebastião Filipe Clemente	“	Ministério do Comércio	*
9	Exmo. Sr.	Manuel Chieque	“	Governo Provincial do Huambo	*
10	Exmo Sr	Luís A. Silva	“	Governo Provincial Kwanza Sul	*
11	Exmo. Sr.	Sebastião Santos Kiala	“	Ministério das Relações Exteriores	*
12	Exmo. Sr.	Gilberto Ribeiro	“	PNUD	*
13	Exmo Sr	Assunção Pereira	“	Ministério do Comércio	*
			“		
15	Exma Sra	Gisela Mawete	“	Direcção Nacional das Alfândegas	*
16	Exmo Sr	Joana Alda	“	Direcção Nacional das Alfândegas	*
17	Exmo Sr	Manuel Varela	“	Representante Comercial Emb. Angola Espanha	*
18	Exmo Sr	Carlos Domingos Vila Verde	“	Representante Comercial Emb. Angola Espanha	*
19	Exmo Sr	Lourenço Fernandes	“	Ministério do Comércio	*
20	Exmo. Sr.	Bernado Mucazo	“	Ministério do Comércio	*
21	Exmo Sr	Romualda Inácio	“	Ministério do Comércio	*
22	Exmo Sr	Carlos Santos	participante	Ministério do Urbanismo e Ambiente	*
23	Exmo. Sr.	Víctor Rufino Fernandes	“	Ministério dos Correios e Telecomunicações	*
24	Exmo Sr	Andre Miguel Nzau	“	Camãra do Comércio e Indústria	*
25	Exmo Sr	Joao Luís Armindo	“	Ministério do Comércio	*
26	Exmo Sr	Mbumba Tshiku	“	Ministério do Comércio	*
27	Exma Sra	Celina Bacrot	“	CNUCED Genebra	*
28	Exmo Sr	Emanuel Barreto	“	ITC	*
29	Exmo Sr	Miguel Catraio	“	Representante Comercial Emb. Angola Espanha	*
30	Exmo Sr	General Mona	“	Ministério de Relações Exteriores	*
31	Exma. Sra.	Sandra Malaquias	“	Ministério do Comércio	*
32	Exmo Sr	Ernesto Ramos	“	Ministério das Finanças	
33	Exma. Sra.	Paula F. O. Cordeiro	“	Ministério do Comércio	*
34	Exmo Sr	Antonio da Silva	“	ANGOP	*
35	Exmo Sr.	Laaksonen Sari	“	WTO	*
36	Exmo. Sr.	Oscar Almeida	“	Ministério da Ciência e Tecnologia	*
37	Exma Sra	Isabel Tiago	“	Ministério da Indústria	*

38	Exma.Sra	Joana Domingos	“	Ministério do Comércio	*
39	Exmo Sr.	Sebastião Cassule Francisco	“	Ministério da Indústria	*
40	Exma Sra	Maria Pinto	“	Ministério do Comércio	*
41	Exmo Sr	Hélio Franca	“	Ministério da Indústria	*
42	Exmo. Sr.	Eduardo dos Santos	“	Ministério do Comércio	*
43	Exma. Sra.	Denice dos Santos	“	Ministério do Comércio	*
44	Exmo Sr	Joaquim Pereira da Gama	“	Ministério do Comércio	*
45	Exmo Sr	João Bonifácio Kulita	“	Ministério do Comércio / Gabinete do Ministro	*
46	Exmo. Sr.	Joaquim António Neto	“	Governo Provincial de Luanda	*
47	Exmo Sr	João Luís Armindo	“	Ministério do Comércio	*
48	Exmo Sr	Carlos Baptista	“	Endiama	*
49	Exma Sra	Isabel Tshinoi	“	Ministério dos Petróleos	*
50	Exmo. Sr.	Albino Velasco da Silva	“	Ministério do Comércio	*
51	Exmo Sr	Manuel Delgado	“	Ministério do Comércio / G.I.A.C	*
52	Exma Sra	Ruth Alberto	“	Ministério do Comércio	
53	Exmo Sr	Filomeno Vieira Lopes	“	Sonangol	
54	Exmo Sr	Ramiro Jorge Sakupina	“	Ministério do Comércio	
55	Exmo Sr	Carlos de Jesus Paulo Baptista	“	Endiama	
56	Exmo Sr	Graciano Domingos	“	Vice Ministro / Urbanismo e Ambiente	

**LISTA DE PARTICIPANTES AO WORKSHOP NACIONAL DE VALIDAÇÃO DO EDIC
GRUPO 2**

N.	Título	NOME	FUNÇÃO	INSTITUIÇÃO	R. Conv. S/N
1	Exmo Sr.	Ernesto Ramos	Coordenador	Direcção de Preços / Ministério das Finanças	*
2	Exmo. Sr.	Gomes Cardoso	Moderador	Ministério do Comércio	*
3	Exmo Sr.	António Prata	Relator	A N I P	*
4	Exma Sra	Maria Julieta	Participante	B N A	
5	Exmo. Sr.	Daniel Filipe	“	Ministério do Interior	*
6	Exmo Sr	João Carlos	“	I T L A	*
7	Exma Sra	Costódia Santos	“	Gabinete da Presidência da República	
8	Exmo. Sr.	Maria Isabel Valentim	“	Ministério dos Petróleos	*
9	Exmo. Sr.	José Santos	“	Ministério dos Petróleos	*
10	Exmo Sr	Quintino Fonseca	“	C O S E P	*
11	Exmo. Sr.	Lando Teta	“	B D A	*
12	Exma. Sra.	Francisca Fortes	“	Ministério das Finanças	*
13	Exmo Sr	António Prata		Relator	*
14	Exma Sra	Ana Maria	“	Vice Governadora do Bié	*
15	Exmo Sr	Pedro Júnior	“	Ministério das Obras Públicas	*
16	Exma Sra	Luzia António	“	Geologia e Minas	*

17	Exmo Sr	José Diogo	“	Rádio Ecclésia	*
18	Exmo Sr	Vasco Silva	“	Ministério do Comércio	*
19	Exmo Sr	Xavier Silva	“	F E S T A S	*
20	Exmo. Sr.	Aviosvio Victorino	“	Governo Provincial de Benguela	*
21	Exmo Sr	Domingos Martins	“	Governo Provincial do Kwanza Norte	*
22	Exmo Sr	José A. Cardoso	“	C C I A	*
23	Exmo. Sr.	José Tondele	“	C C I A	*
24	Exmo Sr	Xavier Salomão da Silva	“	F E N S T A C H	*
25	Exmo Sr	Caetano Capitão	“	Embaixada da Grã Bretanha	*
26	Exmo Sr	Lando Mia Veta André	“	C O S E P	*

**LISTA DE PARTICIPANTES AO WORKSHOP NACIONAL DE VALIDAÇÃO DO EDIC
GRUPO 3**

N.	Titulo	NOME	FUNÇÃO	INSTITUIÇÃO	R. Conv. S/N
1	Exma Sra	Maria Antónia Nelumba	Coordenadora	Direcção Nacional de Infra-estruturas e Pescas	*
2	EXMO sR	Araujo Pedro	Moderdor	Ministerio da Agricultura e Desenvolvimento Rural	*
3	Exmo Sr.	Fernando Ndofula	Relator	Ministério do Comércio	*
4	Exmo Sr	Manuel Lopes Francisco	Participante	C O S E P	
5	Exma. Sra.	Elisa Gaspar	“	Ministerio da Saúde	*
6	Exmo Sr	Dielobaka Ndombele	“	Ministério das Pescas	*
7	Exmo Sr	Joseph Rose Mat	“	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural	
8	Exmo. Sr.	Miguel André António	“	Ministério das Pescas	*
9	Exma. Sra.	Ilaria Masinara	“	Cooperação Italiana	*
10	Exma Sra	Anabela dos Santos	“	Ministério do Comércio	*
11	Exmo. Sr.	Manuel Alexandre Diogo	“	M I N A R S	*
12	Exma. Sra.	Carla Cosme dos Santos	“	Ministério do Comércio	*
13	Exmo Sr	Domingos Batalha	“	Governo Provincial de Benguela	*
14	Exmo Sr	Joaquim Adriano	“	Governo Provincial de Benguela	*
15	Exmo Sr	Água Rozada	“	Ministério do Comércio	*

**LISTA DE PARTICIPANTES AO WORKSHOP NACIONAL DE VALIDAÇÃO DO EDIC
GRUPO 4**

N.	Titulo	NOME	FUNÇÃO	INSTITUIÇÃO	R. Conv. S/N
-----------	---------------	-------------	---------------	--------------------	---------------------

1	Exmo Sr	Kiala Gabriel	Coordenador	Ministério da Indústria / I D I A	*
2	Exmo Sr	Januário Mara	Moderador	Ministério da Hotelaria e Turismo	*
3	Exmo Sr.	Joaquim Luciano Fragoso Neto	Relator	Ministério do Comércio / Direcç. Nac. Polit. Com.	*
4	Exmo Sr	Veuse Celequém	Participante	Governo Provincial de Benguela	
5	Exmo. Sr.	José Mbuta	“	C O S E P	*
6	Exmo Sr	Fernando Icuma	“	Dir Prov / Ministério do Urbanismo e Ambiente	*
7	Exmo Sr	Francisco Venâncio	“	Ministério dos Transportes	
8	Exma. Sra.	Félicia Faustino Muteka Antunes	“	Ministério das Correios e Telecomunicações	*
9	Exmo. Sr.	Carlos Filipe Burity	“	Assessoria Diploma. Presidência da República	*
10	Exmo Sr	Alvário Kubanza	“	Ministério das Relações Exteriores	*
11	Exma. Sra.	Luzala Wivine Bibita	“	Ministério da Cultura	*
12	Exmo. Sr.	Miguel Alexandre	“	Ministério dos Transportes	*
13	Exma Sra	Luisa Tetani Nanizeyi	“	Ministério das Correios e Telecomunicações	*
14	Exmo Sr	Alcídio Domingos	“	Ministério dos Transportes	*
15	Exmo Sr	Arsénio Machado	“	Ministério do Urbanismo e Ambiente	*
16	Exma Sra	Sónia Lemos	“	Ministério da Cultura	
17	Exmo Sr	António Fernando Ganga	“	UNTA - Confederação Sindical	
18	Exma Sra	Linda Nunes	“	Ministério do Comércio	
19	Exma Sra	Rosa António Gomes Cruz	“	Ministério da Hotelaria e Turismo	
20	Exmo. Sr.	Miguel Lende	“	Ministério da Hotelaria e Turismo	

4.5.1 - CONTRIBUIÇÃO DO GRUPO 1

MAT R I Z DE A C C A O

BARREIRAS COMERCIAIS

POLITICA COMERCIAL

1 – Avaliação do Impacto para o plano de redução gradual de tarifas da SADC.

PROGRAMAÇÃO

2008

ACÇÕES RECOMENDADAS

- Realizar estudos de oportunidade de negócios e definição de prioridades de acções para harmonizar com a área de livre comércio da SADC.
- Continuar as negociações dos Acordos de Parceria Económica na configuração SADC – EPAS.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA NECESSÁRIA

Análise da estratégia negocial para implementação do Protocolo do Comércio em Angola.

APOIO DAS INSTITUIÇÕES

- Ministério do Comércio;
- Ministério da Indústria;
- Ministério das Finanças (Direcção Nacional das Alfândegas).

PRIORIDADE

Essencial (E)

3 – Realizar estudos de viabilidade em sectores comerciais importantes para que taxas de protecção efectivas possam ser adequadamente avaliadas.

PROGRAMAÇÃO

2008 – 2010

ACÇÕES RECOMENDADAS

- Realizar estudos das principais actividades agrícolas e manufactureiras para estabelecer a estrutura de custos de produção.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA NECESSARIA

Trabalho económico e sectorial

APOIO DAS INSTITUIÇÕES

- Ministério da Agricultura;

- Ministério da Indústria;
- Ministério do Comércio;
- Ministério das Finanças (Gab. Preços e Concorrência).

PRIORIDADE

Alta Prioridade (A)

ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA E SIMPLIFICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS ADUANEIROS

4- Modernizar as Alfândegas

PROGRAMAÇÃO

2008 - 2010

ACÇÕES RECOMENDADAS

- Reforçar a capacidade da Administração Aduaneira;
- Reforçar a capacidade de control fronteiriço para entrada e saída de bens;
- Promover a cooperação entre as entidades fronteiriças e aduaneiras dos países vizinhos;
- Cooperar para o desenvolvimento de processamento e pagamento único para todas as entidades intervenientes na cadeia do comércio internacional;
- Desenvolver e aplicar sistemas de gestão de risco e fomentar o intercâmbio com o sector privado.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA NECESSARIA

Formação e Assistência Técnica.

APOIO DAS INSTITUIÇÕES

- Apoio Multi Sectorial

PRIORIDADE

Alta Prioridade (A)

OBJECTIVOS

POLITICA COMERCIAL

5- Formação Aduaneira e Desenvolvimento de Capacidades

PROGRAMAÇÃO

2007 (em curso)

ACÇÕES RECOMENDADAS

- Formar os funcionários aduaneiros em novos sistemas de informação;
- Informar e formar as partes interessadas do sector privado na utilização de novos sistemas de informação.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA NECESSARIA

Formação

APOIO DAS INSTITUIÇÕES

- Administração Aduaneira.

PRIORIDA

Alta Prioridade (A)

CAPACIDADE COMERCIAL E COORDENAÇÃO DE POLITICAS

12- Elaborar uma Estratégia Comercial Nacional

PROGRAMAÇÃO

2007 -2009

ACÇÕES RECOMENDADAS

- Elaborar um documento de politica nacional que estabelece as regras para reforma do sector do comércio em Angola.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA NECESSARIA

Estabelecimento de um mecanismo de concertação nacional sobre a estratégia comercial nacional.

APOIO DAS INSTITUIÇÕES

- Ministério do Comércio;
- Ministério do Planeamento;
- Ministério da Indústria;
- Sector privado.

PRIORIDADE

Alta Prioridade (A)

13- Assegurar o apoio de alto nível para as reformas de políticas comerciais

PROGRAMAÇÃO

2007 - 2009

ACÇÕES RECOMENDADAS

- Declarações de responsáveis governamentais demonstrando a importância do comércio para o emprego e para redução da pobreza;
- Assegurar a coordenação dos diversos órgãos que desempenham as funções de política comercial.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA NECESSARIA

APOIO DAS INSTITUIÇÕES

Secretariado do Conselho de Ministros.

PRIORIDADE

Alta Prioridade (A)

16 – Promover a formação e reforçar as capacidades humanas em materia de políticas e negociações comerciais.

PROGRAMAÇÃO

2007 - 2009

ACÇÕES RECOMENDADAS

- Organizar cursos de formação de curta duração;
- Implementar cursos relacionados com o comércio nas universidades locais;
- Realizar seminários Nacionais.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA NECESSARIA

- Reforçar a capacidade de negociação;
- Seminários de capacitação de negociadores.

APOIO DAS INSTITUIÇÕES

- Todos os Ministérios relacionados com o comércio;
- Associações Comerciais do Sector Privado;
- Doadores a serem determinados.

PRIORIDADE

Alta Prioridade (A)

17- Aderir e implementar Acordos e Convenções Internacionais de Comércio

PROGRAMAÇÃO

2007 - 2009

ACÇÕES RECOMENDADAS

- Implementar o protocolo de comércio da SADC e da CEAC;
- Implementar Acordos da OMC, nomeadamente TRIPS,SPS/TBT, assumir compromissos em conformidade com o GATS;

ASSISTÊNCIA TÉCNICA NECESSARIA

Estabelecer Acordos rever e criar leis para observar os Acordos, formação para implementar os Acordos.

APOIO DAS INSTITUIÇÕES

- Todos os Ministérios relacionados com o Comércio;
- Associações Comerciais do Sector Privado;
- Doadores a serem determinados.

PRIORIDADE

Alta Prioridade (A)

18- Reforçar a capacidade do sector privado em intervir e participar na reforma da politica comercial

PROGRAMAÇÃO

2007 -2009

ACÇÕES RECOMENDADAS

- Trabalhar com Associações Comerciais do Sector privado para desenvolver a capacidade em matéria de entendimento das obrigações e oportunidades do comércio internacional.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA NECESSÁRIA

- Desenvolver capacidades junto das associações comerciais incluindo financiamento.

APOIO DAS INSTITUIÇÕES

- Associações Comerciais (a serem anunciadas);
- Doadores a serem anunciados.

PRIORIDADE

Alta Prioridade (A)

19- Reforçar a recolha, disseminação e análise de dados

PROGRAMAÇÃO

2007 - 2009

ACÇÕES RECOMENDADAS

- Melhorar a recolha, análise e disseminação de dados relacionados com o comércio, actualizando a infra-estrutura electrónica e software, comunicação entre as instituições que recolhem os dados, (Alfândega, Banco Central, INE) e desenvolver capacidades para os técnicos;
- Reforçar a capacidade de recursos humanos do Instituto Nacional de Estatística; Capacitar o Centro de Documentação e Informação do Minco.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA NECESSÁRIA

Actualizar a infra-estrutura electrónica e desenvolver capacidades dos técnicos, incluindo financiamento.

APOIO DAS INSTITUIÇÕES

- Instituto Nacional de Estatística;
- Ministério do Comércio;
- Banco Central;
- Doadores a serem determinados.

PRIORIDADE

Alta Prioridade (A)

CONCLUSÕES

Depois de analisada a matriz de acção pelo Grupo I, com o objectivo de verificar a sua relevância no contexto actual, em função desta revisão alterações foram propostas para os diversos sectores.

Para o Grupo I, foram feitas as seguintes alterações :

POLÍTICA COMERCIAL

No primeiro Objectivo

No seu objectivo, foi suprimido o último parágrafo onde se fazia referência “ Sugerido pelo Centro Regional da África Austral da Usaid “, por se encontrar ultrapassado no contexto actual.

Nas acções recomendadas, foi acrescentada uma outra organização regional da qual Angola é membro, a C.E.A.C.

Na Assistência Técnica Necessária, foi alterado o termo “ Adesão “ para o termo “ Implementação “.

No Apoio às Instituições, foi acrescentada a Direcção Nacional das Alfândegas.

Nas Prioridades, foi alterada a Alta Prioridade (A) para a Prioridade Essencial (E).

O Segundo Objectivo foi totalmente retirado por se tratar duma matéria já ultrapassada no contexto actual.

No Terceiro Objectivo, não foi feita nenhuma alteração no Objectivo.

Na programação, considerou-se o período de 2007 – 2009.

Nas Acções Recomendadas, não houve nenhuma alteração, bem como na Assistência Técnica Necessária.

Na Prioridade, passou-se de Prioridade Essencial (E) para a Alta Prioridade (A).

No Quarto Objectivo, Modernizar as alfândegas. Se fez alterações nas acções recomendadas. No segundo item “reforçar a capacidade de controlo fronteiriço de bens e pessoas. No terceiro item “promover a cooperação entre as entidades aduaneiras e fronteiriças”. No quarto item, “cooperar no desenvolvimento de processamento e pagamento único para todas as entidades aduaneiras intervenientes na cadeia do comércio internacional.

- Desenvolver e aplicar mais sistemas de gestão de risco e fomentar o feedback directo dos comerciantes.

Formação e assistência técnica.

APOIO DAS INSTITUIÇÕES

- Ministério das Finanças

- Ministério do Comércio
- Ministério do Interior

Passou-se da prioridade essencial (E) para alta prioridade (A).

No Quinto Ponto, sobre a “ Formação Aduaneira e Desenvolvimento de Capacidades “,

A programação passou-se de 2006 a 2008.

Nas acções recomendadas:

- Formar os responsáveis e técnicos aduaneiros em novos sistemas de informação.
- Formar e informar as partes interessadas do sector privado na utilização de novos sistemas.

Assistência técnica necessária

- Informar e formar o pessoal técnico aduaneiro.

No apoio das instituições:

Administração aduaneira.

Da prioridade a recomendar, “R” para “Alta prioridade” (A).

No Décimo Segundo Objectivo, recomendou-se a criação duma estratégia comercial nacional.

Na programação, considerou-se o período de 2007 a 2009.

Nas acções recomendadas. Elaboração de um documento de política nacional que estabelece as regras para a reforma do sector do comércio em Angola.

Sobre a assistência técnica necessária, necessidade de estabelecimento de um mecanismo de concertação nacional sobre a estratégia comercial nacional.

Trabalho a ser coordenado pelo Ministério do Comércio.

Passou-se da prioridade essencial para alta prioridade.

No Décimo Terceiro Objectivo, considerou-se a seguinte alteração :

Nas Acções Recomendadas: Declarações de responsáveis governamentais demonstrando a importância do comércio para o emprego e a necessidade da redução da pobreza não excluindo a participação do sector privado.

Assegurar a coordenação dos diversos órgãos que desempenham as funções de política nacional com a participação do sector privado.

No apoio de instituições:

Secretariado do Conselho de Ministros.

No Décimo Sexto Objectivo destaca-se a seguinte alteração nas acções recomendadas:

- Organização de cursos de formação de curta duração.
- Realização de seminários nacionais não excluindo a participação do sector privado.

Passou-se da prioridade essencial (E) para alta prioridade (A).

No Décimo Sétimo Objectivo eliminou-se a participação da SADC com inclusão do CEAC.

No Décimo Oitavo Objectivo. Objectivo “Reforçar a capacidade de intervenção do sector privado em participar na reforma da política comercial nacional.

Passou-se da prioridade “Recomendado” (R) para “Alta prioridade” (A).

No Décimo Nono Objectivo, destacam-se as seguintes alterações nas acções recomendadas, com o melhoramento na recolha, análise e disseminação de dados relacionados com o comércio actualizando a infra - estrutura electrónica para as instituições intervenientes.

Capacitar os conhecimentos técnicos de ponta para os técnicos e responsáveis intervenientes na recolha de dados estatísticos sobre o comércio nacional.

Passou-se da prioridade essencial (E) para alta prioridade (A).

Luanda, aos 12 de Julho de 2007.-

4.5.2 - CONTRIBUIÇÃO DO GRUPO 2

ESTUDO DIAGNÓSTICO SOBRE A INTEGRAÇÃO DO COMÉRCIO EM ANGOLA

DESENVOLVIMENTO DO SECTOR PRIVADO (Grupo 2)

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Luanda, 11 e 12 de Julho de 2007

ANGOLA: ESTUDO DIAGNOSTICO SOBRE A INTEGRAÇÃO DO COMÉRCIO

DESENVOLVIMENTO DO SECTOR PRIVADO (Grupo 2)

1. De acordo com o estabelecido, a mesa de presidio do grupo n° 2 teve a seguinte composiçao:

Ernesto Ramos - Coordenador
Gomes Cardoso – Moderador e
António Prata - Relator

2. O mesmo grupo foi integrado por 24 participantes, incluindo representantes das provincias e consultores de organismos internacionais;

2.1 CONCLUSOES

O Grupo 2 concorda, na generalidade, com o conteudo da mat6ria constante do sum6rio do documento denominado Angola: Estudo Diagnostico sobre a Integraçao do Com6rcio.

Contudo acha necess6rio:

- Actualizar alguns aspectos face aos progressos registados nos 6ltimos anos na economia angolana
- Proceder ajustamentos e actualizaçoes ao texto da matriz apresentada;
- Orçamentaçao das açoes de assist6ncia t6cnica por parte dos doadores;

2.2 RECOMENDACOES:

2.2.1 RECOMENDACOES DE CARACTER GERAL

- a) Uniformizar as denominaçoes dos 6rgaos de tutela na matriz de açao;
- b) Actualizar o cronograma de execuçao da matriz de açao;
- c) Na pagina 28, objectivo 10, onde se l6 “implementar um quartel general de codex-Angola, deve ler-se reforçar a capacidade institucional e normativa do Comit6 Nacional para o C6digo Alimentar de Angola –Codex-Angola;

- d) No objectivo 13 eliminar o texto sobre as acções recomendadas e substituí-lo por: associar o sector de comércio à estratégia do combate e ou redução da pobreza e fome em Angola;
- e) Criou-se um ponto com a redacção seguinte: fortalecer o Ministério do Comércio, tornando clara a autoridade e seu papel reitor da actividade comercial em Angola em harmonia com outros Organismos da Administração Central do Estado;
- f) Retirar o conteúdo do texto do objectivo 14
- g) Retirar o conteúdo do objectivo 15 e substituí-lo pelo seguinte: criar e implementar o Conselho Nacional do Comércio em Angola como órgão multidisciplinar e de coordenação de decisões relativas relativos ao comércio ao Conselho de Ministros;
- h) No objectivo 16, acrescentar as acções recomendadas a seguinte acção: Assistência técnica para a elaboração da política comercial de Angola;
- i) No objectivo 19 retirar o texto e propor a seguinte acção como objectivo: criar um sistema integrado do comércio.

2.2.2 RECOMENDAÇÕES DE CARACTER ESPECIFICA

Após análise exaustiva da matriz sobre o desenvolvimento do sector privado, procederem-se ao reajustamento e actualização do documento realçando os seguintes aspectos:

- j) Racionalização e uniformização dos órgãos de inspecção e fiscalização da actividade económica e comercial;
- k) Criação e implementação urgente do Conselho Nacional do comércio em Angola como órgão multi-sectorial e multidisciplinar e de coordenação de decisões do sector de junto do Conselho de Ministros;
- l) Fomento, diversificação e uniformização dos critérios de acesso ao crédito ao sector privado;
- m) Incentivo e fortalecimento do movimento associativo do sector privado angolano;
- n) Financiar estudos de viabilidade, técnicos, económicos e financeiros para apoio ao empresariado nacional para estabelecimento de parceiras e realização de negócios;
- o) Simplificação e modernização do sistema de criação de empresas e a autorização do exercício da actividade económica e comercial em Angola
- p) Institucionalização do sistema de reclamações e sugestões em todos os órgãos ligados a legalização da actividade comercial;

q) Ministrar cursos de superação técnico-profissional sobre a qualidade, inocuidade e segurança alimentar ao sector empresarial angolano; Finalmente, outros aspectos constam da matriz do desenvolvimento do sector privado revista.

4.5.3 - CONTRIBUIÇÃO DO GRUPO 3

GRUPO DE TRABALHO 3 **SAUDE, PESCAS E AGRICULTURA**

Participaram no grupo de trabalho 12 elementos em representação dos Ministérios da Saúde, Pescas, Agricultura, Comércio e Reinserção Social.

Procedeu-se a uma apreciação do sumário executivo e do relatório principal e relativamente as matérias recomendadas para a análise fizeram-se alterações pertinentes de modo a ajustar o seu conteúdo a realidade actual dos respectivos sectores.

ALTERAÇÕES E SUGESTÕES

I - SUMÁRIO EXECUTIVO

- Na página 18, no 3º parágrafo, na 7ª linha, excluir “extremamente”.
- Na página 22, no capítulo da Pesca, no 3º Parágrafo, na 5ª linha, incluir, depois de peixe: “ de acordo com os padrões internacionais exigidos.”
- Na mesma página, sobre o mercado Nacional, na penúltima linha, alterar “o estudo.....viabilidade” por “implementação”
- Na página 23, no 2º Parágrafo, na 6ª Linha, excluir “já não” e acrescentar depois de autoridades: “de forma irregular”.

II-RELATÓRIO PRINCIPAL

-INDÚSTRIA DE PESCAS

Página 33

1º Parágrafo, 3ª linha: Excluir “limitado a leste”.

Na penúltima linha: substituir “barcos” por “empresas”

RECURSO E EXPLORAÇÃO

1º Parágrafo, 4ª linha: substituir “a corrente angolana” por “corrente de Angola”.

-Na página 137, 1º parágrafo (P.), 10ª linha, alterar “ ainda estava em efeito em 2005” para “ainda está em efeito em 2007.”

-Na 14ª linha, alterar: “estes recursos são saudáveis para “os recursos de sardinelas são saudáveis”

-No 2º Parágrafo., 4ª linha (L), onde se lê “o atum”, deve se ler “o atum costeiro”

-Na 5ª Linha, deve se ler: actualmente o atum não está incluído no TAC e é autorizado um esforço de pesca de 100 navios/ano.

-No 3º Parágrafo, acrescentar: “para todas as espécies”depois de TAC.

-Na página 138, na 5ª linha, rectificar “em estão” para “estavam em “.

-Na 6ª Linha, excluir “para manter bem”

Na última linha do mesmo Parágrafo, acrescentar o seguinte”o governo iniciou um programa de modernização da frota semi-industrial de cerco e está em curso a entrega de embarcações para a pesca artesanal marítima e continental”.

-No último parágrafo, última linha, acrescentar: “decorrente da paganização da indústria transformadora”

-Na página 139, sobre as Pescas no Interior e Aquacultura, no 2º Parágrafo, na 3ª Linha, onde se lê “vão cultivar” deve se ler “cultivam”

-Na linha seguinte, excluir “nacional”e incluir “e Luanda”, depois do Bengo.

-Em continuação da mesma linha, incluir no fim da frase o seguinte: “e do fomento da actividade em várias províncias do interior”.

-Na mesma página, sobre Exportação e importação, na sua 1ª linha, corrigir “sujeiras “para “ sujeitas” e acrescentar “ao pagamento de direitos aduaneiros e taxas de serviços” excluindo “a uma taxa de exportação de um por cento sobre o valor FOB”.

-Na 4ª linha, excluir “os produtos de exportaçãoangolanas”.

-Na página 140, na 1ª linha, incluir no fim “embarcações e”.

-Na 3ª linha, rectificar “fornecido pela “ por “reabilitado com apoio da “.

-Na linha a seguir, depois do INIP, acrescentar o seguinte: “em Luanda, sendo a única instituição autorizada para análise de produtos de pescas para exportação”.

-Na mesma página, após o Quadro 9-11, na 2ª linha, excluir “e República de Maurícias”.

-Na página 144, sobre Inter – Regionais, na 7ª linha, excluir: “dez barcos de pescas.....EU “.

-Na página 145, no último Parágrafo, sobre a Protecção Tarifária, na última linha, alterar “está sob processo de publicação “ por “está publicado.”

-Na página 147, no 3º parágrafo, da 1ª Linha, excluir “e não são higiénicos

III-MATRIZ DE ACCÃO

Considerando as alterações acima sugeridas e tendo em conta a programação temporal requerida procedeu-se a análise e rectificação da matriz de acção sugerindo-se o seguinte:

-Alterar o Programa de Acção de 2006 para 2007 e o de 2006-2008, para 2007-2009.

-No objectivo 3 da Matriz, acrescentar na coluna de Apoio de Agências locais, o MINPESCAS e a alteração da prioridade para A.

-No objectivo 10, nas Acções Recomendadas, excluir o 5º ponto.
Na Assistência Técnica do mesmo ponto, acrescentar: “formação e capacitação” e no Apoio de Agências, acrescentar: “MINSÁ, MINPESCAS E MINADER”

-No objectivo 11, nos objectivos retirar ” ao Ministério do Comércio”

- Incluir nas acções recomendadas “Ministérios envolvidos”

- No apoio e ajudas incluir “Saúde, Pescas e Agricultura e Comércio”.

-No objectivo 13, excluir nas Acções Recomendadas o ponto 2 pelo facto da mesma acção estar em curso.

-No objectivo 28, do Objectivo, substituir “ Eliminar” por viabilizar o escoamento dos “

Nas Acções Recomendadas, acrescentar “ e de pescas”.

-No objectivo 30, alterar o conteúdo para “ajudar os pequenos agricultores com novas tecnologias de Cultivo e variedades de sementes melhoradas.

-No objectivo 34 pensamos tratar-se de pesticidas e não de fertilizantes (veja-se coluna dos objectivos e das acções recomendadas e corrija-se Sonango por Sonangol)

-No objectivo 40, nas Acções Recomendadas, substituir “ considerar” por “viabilizar”

No Apoio, acrescentar MINPESCAS e MINFIN, com prioridade E.

-No objectivo 41, no Apoio, aumentar MINPESCAS assim como nos pontos 42, 43 e 44. Rectificar-se de igual modo o nome da direcção por Direcção Nacional da Infra-estruturas e Pesquisa de Mercados (DNIPM).

-Nas acções recomendadas do ponto 41 substituir considerar por viabilizar.

-No objectivo 42, nas Acções Recomendadas, acrescentar: “ e sua iodização” com a prioridade A.

- No objectivo 44, no Objectivo, alterar para “criar mercados grossistas de peixe “

-Nas Acções Recomendadas do mesmo ponto, excluir todo conteúdo e substituí-lo por ”implementar a instalação de infra-estruturas para conservação e distribuição grossista de pescado e instalação de lotas de pescado a nível dos principais portos pesqueiros”.

Na Assistência Técnica, excluir todo conteúdo e substitui-lo por:
“Financiamento para as instalações e meios de transporte “ e alterar a prioridade para **E**.

Incluir um outro objectivo com o seguinte conteúdo: “Maximizar o aumento da produção através da Aquicultura continental e marítima.”Sendo a acção recomendada “Implementação de sistemas de extensão para Aquicultura Comunal”.Como a assistência técnica deve incluir-se o financiamento para as instalações e meios de transporte e como prioridade **E**; quanto ao apoio será do MINPESCAS e do Instituto de Pesca Artesanal

-No objectivo 45, no objectivo, excluir” altamente deterioradas”

No Apoio, acrescentar “MINPESCAS” e a prioridade é **A**

DIVERSOS

Levantou-se a dúvida relativamente ao comércio de medicamentos para o qual o estudo não faz qualquer referência.

Em que grupo da matriz podemos colocar a preocupação ligada com a falsificação de medicamentos e o seu contrabando e que medidas preventivas os peritos do Banco Mundial podem aconselhar no quadro do presente estudo para que o país se possa proteger desta investida?

Sugerimos a criação de laboratórios para análise de medicamentos importados à semelhança do que se faz com outros produtos de consumo antes da sua colocação no mercado.

CONCLUSÕES

1. De uma maneira geral o grupo de trabalho considera que o estudo responde aos objectivos inicialmente preconizados realçando a necessidade de reactivação dos sectores produtivos incluindo não só a reabilitação das infra-estruturas mas também o estabelecimento de políticas e interacção entre os vários Ministérios e instituições de modo a rapidamente se produzir o crescimento Económico de Angola.
2. Relativamente ao seu conteúdo recomendamos que se introduzam as propostas de emenda apresentadas pelo grupo de trabalho de modo a corrigir, actualizar e adequar o estudo a realidade actual.
3. Quanto a matriz de acção sugerimos de igual modo a introdução das alterações propostas quer em relação a novos objectivos sugeridos bem como a programação temporal, apoio de agências locais ou externo e a definição de prioridades.

LUANDA 12 DE JULHO DE 2007

4.5.4- CONTRIBUIÇÃO DO GRUPO 4



REPÚBLICA DE ANGOLA

WORKSHOP DE VALIDAÇÃO NACIONAL SOBRE O
ESTUDO DE DIAGNÓSTICO PARA A INTEGRAÇÃO DO
COMÉRCIO

GRUPO DE TRABALHO NO. 4,

TEMA: INDÚSTRIA TRANSFORMADORA, TURISMO,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.

LUANDA, 12 DE JULHO DE 2007

Após análise e discussão do documento em apreço, o Grupo de Trabalho, cuja lista se anexa, chegou às seguintes conclusões e recomendações:

I. Na generalidade:

Embora datado de Novembro de 2006, o documento contém dados referentes aos anos de 2003 e 2004, pelo que face à dinâmica que caracteriza a economia angolana, o mesmo deve ser actualizado em toda a sua extensão, à luz do Programa Geral do Governo de 2006 a 2008.

O documento precisa ser reformulado com o concurso dos representantes dos sectores, em virtude da terminologia utilizada em alguns casos e de muitas das informações nele contidas não corresponderem à realidade; o mesmo deve ser adequado à nova situação.

Um grande número de acções constantes da matriz encontram-se já em fases de execução.

Importa observar que o Grupo não analisou aspectos ligados aos sectores Mineiro e do Urbanismo, Habitação e Ambiente, em virtude de o relatório não fazer referencia aos mesmos.

De igual modo assuntos como energia, água e estradas, não foram objecto de tratamento, por ausência dos respectivos sectores.

O Grupo entendeu introduzir o sector de Comunicações e Meteorologia, por constar na matriz das acções.

A designação do Ministério dos Negócios Estrangeiros deve ser substituído pelo Ministério das Relações Exteriores.

II. Na Especialidade

Sugestões e recomendações por sector:

1. Sector da Indústria:

- A política de substituição de importações referida no documento com ênfase, não corresponde à Estratégia de Re- industrialização de Angola, apresentada pelo Ministério da Indústria que no seu modelo estratégico aponta como sendo um dos quatro eixos de industrialização.

- Quanto ao relatório Principal, corrigir o subtítulo Industria fabril para a Industria transformadora, assim como alterar o texto do parágrafo que se refere ao Instituto de Desenvolvimento Industrial de Angola (IDIA) cujas atribuições estarem deturpadas.
- Relativamente ao Sumário Executivo, pagina 20 discordamos com o 3º parágrafo pois que a liberalização comercial não constitui o objectivo máximo da adesão de Angola na SADC, mas sim a sua integração gradual de acordo com a especificidade económica do País e do Plano Indicativo de Desenvolvimento Estratégico Regional (RISDP).
- **No que tange a matriz de acção na sua pagina 32,** deve-se mais uma vez, corrigir-se Industria fabril para Industria transformadora; no objectivo 36, 4ª coluna referente a assistência técnica deverá acrescer-se a formação e incluir-se MIND, IANORQ e IDIA na 5ª coluna.
- Com relação ao objectivo 37 da mesma pagina deverá retirar-se “abaixo de ideal” mantendo apenas “Consolidar a gestão comercial” e acrescer-se na 5ª coluna Associações Industriais e eliminar MIND; a mesma observação é feita no objectivo 38 acrescentando MIND e associações industriais na 5ª coluna.

2. Sector do Turismo:

- Na pagina 127 do relatório principal na parte que se refere à política e ambiente regulamentar, no seu 1º parágrafo sugere-se a alteração no seu conteúdo.

- Quanto a lei no. 6/97 que o relatório faz menção não existe, esta é a Resolução no. 06/97, de 20 de junho sobre a política nacional do Turismo;
- Na pagina 128 do mesmo documento dever-se-á retirar o 2º parágrafo cujo conteúdo não corresponde a verdade, pois o Estado Angolano não tem nenhuma unidade hoteleira: todos os hotéis estão privatizados.
- **No que se refere à matriz de acção na sua página 34:** objectivo 46 na sua 3ª coluna reter a seguinte redacção: Apoiar vôos adicionais para e de Angola de companhias aéreas estrangeiras e nacionais, e na 5ª coluna acrescentar-se o Ministério dos transportes.
- Relativamente ao objectivo 47 deve reter-se a seguinte redacção: “Aumentar a capacidade hoteleira e turística de Angola”, devendo-se alterar o conteúdo da 3ª coluna para o seguinte: “Atracção de investimentos para Infra-estruturas hoteleiras e turísticas” e na 4ª coluna incluir “ financiamento e formação”, bem como na 5ª coluna mencionar o MINHOTUR, ANIP e sector Privado.
- Quanto ao objectivo 48 recomenda-se que se acelere a regulamentação da lei publicada recentemente, sobre a obtenção de vistos.
- Tratando-se do objectivo 49, somos de opinião que a redacção da 1ª. coluna “Criar a imagem de Angola como destino turístico” e na 3ª coluna deve ser corrigida da seguinte forma: “ Promover o marketing turístico para viajantes que se deslocam a Angola”. Com relação à 4ª coluna alteramos para estudo de mercado e sondagem de sucessos na África Austral e na 5ª coluna acrescentar o sector privado.

- Somos de opinião que se acresce o objectivo 50 que deve consistir em Qualificação dos Recursos Humanos, com um timing de 2007/09 cuja acção recomendada é: Elaboração de programas de formação com apoio do MINHOTUR, Escolas do Sector, Sector Privado e Ministério da Cultura.
- Reabilitar os monumentos e inventariar o Patrimônio cultural, material e imaterial de Angola.
- Conservar e assegurar a manutenção dos Artigos históricos.
- Promover a diversidade cultural.
- Criar mercados de peças artesanais.

3. Sector de Transportes:

- Quanto ao relatório principal, temos as seguintes correcções: rectificar no 1º parágrafo Porto de Malongo para Porto de Cabinda, e no 1º parágrafo da pagina a seguir, ao invés de Conselho Nacional de Transportadores Marítimos a designação correcta é Conselho Nacional de Carregadores (CNC).
- O Porto de Luanda possui 4 terminais e não 3 como refere o documento, nomeadamente Terminal de Carga Geral, Polivalente, de Contentores e de Apoio às Actividades Petrolíferas.
- Relativamente à matriz de acção na sua pagina 27: no objectivo nº 6 na 5ª coluna acrescentar o Sector Privado.

- Com relação ao Objectivo 9, da matriz, nas acções recomendadas, excluir as concessões para os aeroportos por constituírem reserva do Estado.

4. Sector de Comunicações e Meteorologia:

- Este sector subscreve 3 objectivos principais a saber:
 1. Desenvolvimento integrado das infra-estruturas, dos serviços postais nas zonas rurais;
 2. Desenvolvimento integrado das infra-estruturas de telecomunicações nas zonas rurais;
 3. Desenvolvimento integrado das infra-estruturas de meteorologia.
- Acções:
 1. Reforço institucional legal e administrativo;
 2. Capacitação de recursos humanos a nível dos serviços postais, telecomunicações e meteorologia;
 3. Assistência de informatização dos serviços postais e rurais, telecomunicações e meteorologia.
- Assistência Técnica, no âmbito da formação.
- Apoio ao Ministério das Telecomunicações e Sector Privado.

Luanda, aos 12 de Julho de 2007.

Anexo 4.6 – Matriz Actualizada

Matriz de acção

Objectivo	Programa ção	Acções recomendadas	Assistência técnica necessária	Apoio de agências locais ou externo	Prioridade^a
1	2	3	4	5	6

Objectivo	Programa ção	Acções recomendadas	Assistência técnica necessária	Apoio de agências locais ou externo	Prioridade^a
1	2	3	4	5	6
B A R R E I R A S C O M E R C I A I S					
Política comercial					
1. Avaliação do impacto para o plano de redução gradual de tarifas da SADC.	2007-2008	<ul style="list-style-type: none"> Realizar estudos de oportunidade de negócios e definição de prioridades de acções para harmonizar com a área de livre comércio da SADEC. Continuar as negociações dos Acordos de Parceria Económica na configuração da SADC-EPAS. 	Análise da estratégia negocial para implementação do protocolo do comércio em Angola.	Ministério do Comércio; Ministério da Indústria; Ministério das Finanças (Direcção Nacional das Alfandegas)	E
2. Identificar APES com a UE.	2007	Levar a cabo um estudo detalhado de opções para política comercial apresentada pelos possíveis APES com a UE (em conjugação com as negociações da SADC)	Experiência em políticas e negociações comerciais	Ministério do Comércio; Ministério da Indústria	A
3 - Adequação das taxas de protecção efectivas aos sectores comerciais prioritários identificados	2008-2010	Realizar estudos das principais actividades agrícolas de pesca e manufactureiras para estabelecer a estrutura de custos de produção, e avaliar as correspondentes taxas de protecção.	Trabalho económico e sectorial	Ministério da Agricultura; Ministério da Indústria; Ministério do Comercio; Ministério das Finanças (Gab. Preços e Concorrência). Ministério das Pescas.	A
ADMINISTRAÇÃO ALFANDEGÁRIA E SIMPLIFICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS ALFANDEGÁRIOS					
4.. Reforço da capacidade da administração aduaneira	2008-2010	<ul style="list-style-type: none"> Reforçar a capacidade de controlo fronteiriço para entrada e saída de bens; Promover a cooperação entre as entidades fronteiriças e aduaneiras dos países vizinhos; Cooperar para o desenvolvimento de processamento e pagamento único para todas as entidades intervenientes na cadeia do comércio internacional; Desenvolver e aplicar sistemas de gestão de risco e fomentar o intercâmbio com o sector privado. 	Formação e Assistência Técnica	Ministério das Finanças (Direcção Nacional das Alfândegas	A
5. Formação Aduaneira e Desenvolvimento de Capacidades	2007 (em curso)	<ul style="list-style-type: none"> Formar os funcionários aduaneiros em novos sistemas de informação; Informar e formar as partes interessadas do sector privado na utilização de novos sistemas de informação. 	Formação	Administração Aduaneira	A

Objectivo	Programa ção	Acções recomendadas	Assistência técnica necessária	Apoio de agências locais ou externo	Prioridade^a
1	2	3	4	5	6
TRANSPORTES					
6.. Desenvolvimento integrado da infra-estrutura dos transportes	2007-2009	Actualizar a estratégia abrangente da avaliação de necessidades e desenvolvimento da infra-estrutura de transportes de 2003-2007 e redigir um Programa Integrado de Desenvolvimento da Infra-estrutura de Transporte de 2007 a 2016	Assistência técnica	Ministério das Obras Públicas, Ministério dos Transportes, autarquias locais e sector privado	R
	2007	Estabelecer um grupo de acção interministerial a cargo de planos de desenvolvimento sectorial (agricultura, indústria, exploração mineira e pesca) no planeamento da rede de transportes.		Diferentes ministérios	R
	2007	Criar um fundo para as infra-estruturas e tornar o fundo das estradas operacional.	Apoio financeiro ao fundo das estradas	Ministério das Finanças, Ministério do Planeamento, Ministério das Obras Públicas, Ministério dos Transportes	R
	2007-2008	Assegurar ligações à rede de estradas de longo curso e acessos e estradas rurais e criar a capacidade e assegurar os fundos para a manutenção local das estradas e acessos rurais	Assistência técnica	Ministério do Transporte, Ministério das Obras Públicas, autarquias locais	A
	2007	Elaborar planos mestres para o desenvolvimento de portos primários e secundários, aeroportos e caminhos-de-ferro	Assistência técnica	Ministério do Transporte	E
	2007-2008	Fomentar o estabelecimento de mais parcerias público-privadas para o financiamento de investimentos na infra-estrutura		Ministério das Finanças, Ministério das Obras Públicas, Ministério dos Transportes	R
7. Melhorar as operações de transportes e terminais, logística, despacho de carga	2007-2008	<ul style="list-style-type: none"> • Formação para operadores de transportes • Formação para gestores de logística e de cadeias de fornecimento • Formação para despachantes sobre a FIATA. • Formação para despachantes • Formação para operadores de terminais 	Formação	Alfândegas, administrações portuárias	E
8. Fomentar o diálogo público-privado sobre facilitação de transportes e comércio, trânsito e	2007-2008	Criar a capacidade para monitorizar o desempenho dos transportes, trânsito e travessias de fronteiras	Assistência técnica	Ministério dos Transportes, Ministério do Interior, Ministério das Finanças	R

Objectivo	Programa ção	Acções recomendadas	Assistência técnica necessária	Apoio de agências locais ou externo	Prioridade^a
1	2	3	4	5	6
travessias de fronteiras	2007	Nomear um mecanismo de recurso para tratar de apresentações de queixas e infracções das normas e regulamentações		Câmaras do Comércio, comunidade empresarial	R
	2007	Realizar periodicamente auditorias independentes		Câmaras do Comércio	R
9. Programa de reforma dos transportes	2007-2008	Configurar um sistema de informações de transportes para monitorizar o desenvolvimentos do sector	Assistência técnica para o sistema de informações	Ministério dos Transportes, INEA (para estradas e pontes) autarquias locais para as infra-estruturas locais	R
	2007-2008	Desenvolvimento de capacidades no Ministério de Obras Públicas (INEA), Ministério dos Transportes, governos locais (manutenção de estradas, contratação)	Formação	Ministério do Transporte, Ministério das Obras Públicas, autarquias locais	E
	2007-2008	Continuar a processar operações de concessões de transportes (outros portos, empresas ferroviárias, portos secos, pontes e estradas novas)		Ministério do Transporte, Ministério das Obras Públicas	E
NORMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA					
10. Reforçar a capacidade para aplicar o Codex Angola	2007-2008	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir os níveis de contrabando, falsificação e venda de produtos alimentares suspeitos no país • Criar capacidade para análises laboratoriais de aditivos, contaminantes e hormonas • Introduzir normas alimentares actualizadas na legislação nacional • Remover a isenção aplicada a muitos produtos alimentares da inspecção pré-embarque 	Formação e capacitação	Ministério do Comércio Ministério da Saúde Ministério das Pescas Ministério da agricultura e Desenvolvimento Rural.	E
11. Criar capacidade técnica para monitorizar a imposição de normas de qualidade de produtos e de medicamentos.	2007-2008	Reabilitar os laboratórios para análises de produtos de acordo com as normas internacionais nos Ministérios envolvidos.	Despesas de capital para construção e/ou a reabilitação de laboratórios	Ministérios de Comércio Ministério das Pescas Ministério de Agricultura e Desenvolvimento rural. Ministério da Saúde.	E

Objectivo	Programa ção	Acções recomendadas	Assistência técnica necessária	Apoio de agências locais ou externo	Prioridade^a
1	2	3	4	5	6
CAPACIDADE COMERCIAL E COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS					
12. Elaborar uma Estratégia Comercial Nacional	2007-2009	Elaborar um documento de política nacional que estabelece as regras para reforma do sector do comércio em Angola.	Estabelecimento de um mecanismo de concertação nacional sobre a estratégia comercial nacional	Ministério do Comércio Ministério do Planeamento Ministério da Indústria Sector Privado	A
13. Assegurar o apoio de alto nível para as reformas de políticas comerciais	2007-2009	<ul style="list-style-type: none"> • Declarações de responsáveis governamentais demonstrando a importância do comércio para o emprego e para redução da pobreza; • Assegurar a coordenação dos diversos órgãos que desempenham as funções de política comercial. 		Secretariado do Conselho de Ministros	A
14. Racionalizar os departamentos que lidam com políticas comerciais em diferentes ministérios	2007-2009	Fortalecer o Ministério do Comércio tornando clara a autoridade dos departamentos relacionados com o comércio ao abrigo desta jurisdição	Plano de reestruturação para os ministérios, desenvolvimento de capacidades para os quadros e recursos financeiros para o desempenho das responsabilidades diárias	Ministério do Comércio e Doadores (a ser decidido)	E
15. Criar um comité de alto nível intersectorial para o comércio	2007	Criar um comité de alto nível intersectorial para o comércio para coordenar e apresentar recomendações de decisões relativas ao comércio ao Conselho de Ministros	Identificar os membros do comité e fornecer um secretariado de apoio a este comité	Ministério do Comércio e Doadores (a ser decidido) QI	A
16. Promover a formação e reforçar as capacidades humanas em matéria de políticas e negociações comerciais	2007-2009	<ul style="list-style-type: none"> • Organizar cursos de formação de curta duração; • Implementar cursos relacionados com o comércio nas universidades locais; • Realizar seminários nacionais. 	Reforçar a capacidade de negociação; Seminários de capacitação de negociadores.	Todos os Ministérios relacionados com o comércio Associações comerciais do sector privado Doadores (a serem determinados)	A

Objectivo	Programa ção	Acções recomendadas	Assistência técnica necessária	Apoio de agências locais ou externo	Prioridade^a
1	2	3	4	5	6
17. Aderir e implementar acordos e convenções internacionais de comércio	2007-2009	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar o Protocolo do comércio da SADC e da CEAC; • Implementar Acordos da OMC, nomeadamente, TRIPS, SPS/TBT, assumir compromissos em conformidade com o GATS 	Suporte ao estabelecimento de Acordos, revisão e criação de leis para a sua transposição na legislação nacional; e formação para sua implementação.	Todos os ministérios relacionados com o comércio Associações comerciais do sector privado Doadores (a serem determinados)	A
18. Reforçar a capacidade do sector privado em intervir e participar na reforma da política comercial	2007-2009	Trabalhar com Associações Comerciais do Sector privado para desenvolver a capacidade em matéria de entendimento das obrigações e oportunidades do comércio internacional.	Desenvolver capacidades junto das associações comerciais incluindo financiamento.	Associações comerciais (a serem anunciadas) Doadores (a serem determinados)	A
19. Reforçar a recolha, disseminação e análise de dados	2007-2009	<ul style="list-style-type: none"> -Melhorar a recolha, análise e disseminação de dados relacionados com o comércio, actualizando a infra-estrutura electrónica e software, comunicação entre as instituições que recolhem os dados, (Alfândega, Banco Central, INE) e desenvolver capacidades para os técnicos; -Reforçar a capacidade de recursos humanos do Instituto Nacional de Estatística; -Capacitar o Centro de Documentação e Informação do Minco. 	Actualizar a infra-estrutura electrónica e desenvolver capacidades dos técnicos, incluindo financiamento.	INE Ministério do Comercio Banco Central Doadores (a serem determinados)	A
D E S E N V O L V I M E N T O D O S E C T O R P R I V A D O					
Ambiente propício às actividades comerciais					
20. Criar o quadro jurídico/legal para consolidação do sector privado angolano.		<p>Concluir a reforma do código civil, Código Comercial, Código do Processo Civil e o quadro jurídico para a execução de dívidas e declarações de falências;</p> <p>Necessidade da aprovação da lei da concorrência e a criação da autoridade de concorrência em Angola;</p> <p>Necessidade da aprovação de diplomas jurídico-legais sobre o novo regime de preços;</p> <p>Regulamentar a lei do fomento do empresariado privado nacional, lei das actividades comerciais e melhorar o regulamento da lei de bases do investimento privado</p>	Reforma jurídica e regulamentações relacionadas		A
		Rever cada um dos procedimentos para decisões de dívidas e disputas contratuais para identificar formas de simplificar e acelerar o processo	Analisar procedimentos e avaliar alternativas		E

Objectivo	Programa ção	Acções recomendadas	Assistência técnica necessária	Apoio de agências locais ou externo	Prioridade ^a
1	2	3	4	5	6
		Estabelecer metas de desempenho para o sistema judiciário; emitir regularmente relatórios públicos sobre casos em atraso e datas de resolução, adicionalmente ao que já foi feito pelo Conselho Superior da magistratura			R
		Fomentar a formação para todos os membros do judiciário a cargo de casos comerciais, incluindo formação de quadros directivos e formação técnica	Programa de formação		R
		Preparar um plano para investimento em novas infra-estruturas para o sistema judiciário (tribunais, Ministério da Justiça, Ministério do Interior)			R
		Definir tarefas administrativas relacionadas com o cumprimento de contratos que podem ser realizadas por gerentes de processo do sector privado	Avaliar opções para a privatizar funções administrativas		R
21. Simplificar, desburocratizar e modernizar o sistema de criação de empresas e dá autorização do exercício da actividade económica e comercial	2007	-Tomar medidas com as várias autoridades envolvidas para reduzir os atrasos, através da informatização e modernização de procedimentos -Obrigatoriedade da criação e institucionalização do sistema do sistema de reclamações e sugestões junto dos organismos encarregues da criação de empresas, Autorização de actividades económica e comercial e nos estabelecimentos comerciais - Racionalização e uniformização dos órgãos de inspecção e fiscalização da actividade económica e comercial		ANIP	A
22. Fomentar a formação e as oportunidades relacionadas com a gestão comercial e económica do mercado	2007 (em curso)	Apoiar a expansão de oportunidades de formação técnico-profissional para gerentes comerciais e outras competências relacionadas num ambiente de mercado	Financiamento para a expansão de programas comerciais existentes e novos	Ministério da Educação	A
23. Fomentar o ensino de línguas estrangeiras nos sectores público e privado	2007 (em curso)	Apoiar e fomentar a criação de programas em línguas estrangeiras para trabalhadores do sector público e privado.	Financiamento para a expansão de cursos de línguas	Ministério da Educação	E
24. Organizar e desenvolver estudos de mercado	2007	Realizar avaliações periódicas para identificar, na cadeia de valores, dos diversos sectores e apresentar recomendações de melhorias.	Financiar consultas com avaliadores experientes do clima de negócios	ANIP	E
25. Promover o fomento de financiamento para micro, pequenas e medias empresas	2007 - contínuo	Revisar e adequar os procedimentos Bancários para implementação das reformas que podem facilitar o estabelecimento das Instituições de financiamento	ONGs/ajuda de doadores baseada na experiência do microfinanciamento em África	BNA	E

Objectivo	Programa ção	Acções recomendadas	Assistência técnica necessária	Apoio de agências locais ou externo	Prioridade ^a
1	2	3	4	5	6
26. Promover, diversificar e facilitar o acesso ao crédito pelo sector privado	2007 - Contínuo	. Revisar e adequar os procedimentos Bancários para implementação das reformas que podem facilitar o estabelecimento de novas instituições de financiamento 2. Uniformizar os critérios de acesso ao crédito	Apoio técnico com as melhores práticas para os regulamentos bancários	BNA	A
27. Organizar o sector empresarial privado		1. Incentivar e fortalecer o movimento associativo no sector empresarial privado nacional 2. Criar condições para financiamento de estudos de viabilidade técnico, económico e financeiro para apoio ao empresariado privado nacional para facilitar parcerias e realização de negócios			A
M E D I D A S P A R A S E C T O R E S E S P E C Í F I C O S					
Agricultura					
28. Proteger os produtores	2007	Eliminar todas tarifas e impostos sobre os <i>imputes</i> agrícolas e de pescas Incentivar e fortalecer o movimento associativo no sector empresarial privado nacional		Ministério das Finanças, DNA, CEMP	A
29. Viabilizar o escoamento dos excedentes agrícolas e reduzir os custos da produção	2007 (em curso)	Construir estradas terciárias e secundárias em áreas importantes de produção e de pescas.	Financiament o para a construção de estradas	INEA, MINADER	A
30. Maximizar o aumento da produção e uso de novas tecnologias pelos pequenos agricultores	2007 (em curso)	Melhorar e reabilitar o sistema de extensão	Financiament o para formação e reabilitação de instalações	MINADER, Instituto de Desenvolvime nto Agrário (IDA)	E
31. Ajudar os pequenos agricultores com novas tecnologias de cultivo e variedades de sementes melhoradas	2007 (em curso)	Reconstruir instalações de investigação agrícola nas principais regiões de produção Adaptar as tecnologias que aumentam a produção e variedades às condições angolanas Estabelecer ligações com instituições parceiras no Brasil, Europa e na América do Norte	Financiament o	MINADER, IIA, IVA	A
32. Promover o uso de fertilizantes para aumentar a produção	2007 (em curso)	Introduzir um sistema de cupões para servir como ajuda provisória para os produtores e, simultaneamente, dar incentivos para o desenvolvimento de um sistema de abastecimento do sector privado	Conceber sistema	MINADER, IDA	R
33. Formular e avaliar políticas para promover o crescimento da agricultura	2007	Estabelecer uma unidade de análise de políticas com dados confiáveis da MINADER	Financiament o para formação	MINADER, GSA	E

Objectivo	Programa ção	Acções recomendadas	Assistência técnica necessária	Apoio de agências locais ou externo	Prioridade^a
1	2	3	4	5	6
34. Capacitar os pequenos agricultores para alcançarem reconhecimento jurídico e acesso a serviços como o crédito	2007-2008	Simplificar a legislação que rege a formação de cooperativas e associações de produtores	Formatar a lei; estudo do quadro jurídico em qualquer outro país da África subsariana	MINADER	R
35. Realizar estudos de viabilidade para a produção interna de fertilizantes e pesticidas.	2007-2008	Em vista dos recentes aumentos do petróleo e produtos derivados, actualizar os estudos de produção de fertilizantes e pesticidas para reflectir as circunstâncias presentes	Apoio técnico	Sonangol, MinInd, Minader	A
36. Formação de um grupo do sector agrícola	2007 (em curso)	Trabalhar com indivíduos capazes de contribuir para a elaboração de um plano detalhado para obter o apoio do governo para a promoção do crescimento da agricultura		MINADER, sector privado, doadores	R
Indústria Transformadora					
37. Fornecer orientação aos industriais e estimular o potencial para exportação	2007	Adoptar normas internacionais de qualidade como directrizes para os industriais e como condição para receber os incentivos ao investimento	Consulta para normas de qualidade	MINCOM, ANIP	R
38. Consolidar a gestão comercial abaixo de ideal	2007-2007	Elaborar um plano de formação para os recursos humanos	Definir e expandir cursos de formação comercial	MINED, MINCOM, MININD	R
39. Aumentar a competitividade comercial no âmbito das reformas tarifárias em curso	2007	Rever o programa pautal para optimizar o crescimento da indústria fabril e a competitividade	Peritos em tarifas	MINFIN, CEMP	E
Pescas					
40. Melhorar o modelo da indústria pesqueira de cadeias de fornecimento distintas para a exportação, importação e consumo interno	2007	Formar um grupo de pescas integrado por indivíduos aptos a discutir políticas	Ajudar a estabelecer e manter este grupo	Ministério das Pescas	R
41. Assegurar o financiamento pré-exportação para a indústria da pesca	2007-2008	Viabilizar o financiamento para exportação, com consulta junto de bancos locais e empresas de exportação, incluindo talvez sistemas de garantia patrocinados pelo governo para cobrir parte do risco inicial	Avaliar e analisar as necessidades actuais de financiamento o à exportação	Ministério do Comércio Ministério das Pescas Ministério das Finanças	E
42. Reduzir as perdas e desperdícios	2007-2008	Viabilizar a instalação de pequenas fábricas de farinha de peixe para processamento de resíduos desperdiçados (cabeças, entranhas) e de captura incidental e transformação em farinha de peixe de qualidade e preço competitivos com as importações actuais de farinha de peixe.	Estudar as perdas e determinar como reduzi-las	INAIP Ministério das Pescas	R

Objectivo	Programa ção	Acções recomendadas	Assistência técnica necessária	Apoio de agências locais ou externo	Prioridade^a
1	2	3	4	5	6
43. Deixar de importar sal e, talvez, começar a exportar sal novamente	2007	Modernizar o equipamento para aumentar a produção de sal e sua iodização	Identificar necessidades	INAIP Ministério das Pescas	A
44.- Recolher informações relacionadas com os preços e distribuição do peixe	2007 (em curso)	-Conceber e implementar a recolha e processamento de informações do mercado da pesca	Conceber e implementar a recolha e processamento de informações do mercado da pesca	Ministério da Pesca Direcção Nacional para o Estudo das Infra-estruturas e do Mercado do	R
45. Criar mercados grossistas de peixe	2007	-Implementar a instalação de infra-estrutura para conservação e distribuição grossista de pescado e instalação de lotas de pescado a nível dos principais portos pesqueiros.	Financiamento para as instalações e meios de transporte	Ministério da Pesca Direcção Nacional para o Estudo das Infra-estruturas e do Mercado do	E
46. Maximizar o aumento da produção através do aquicultura continental e marítima	2007	Implementação de sistemas de extensão para aquicultura comunal.	Financiamento para as instalações e meios de transporte	Ministério das Pescas Instituto de Pesca Artesanal	E
47. Modernizar as instalações de processamento de peixe	2007-07	Realizar estudos para determinar a viabilidade de investir em melhoramentos ou em fábricas e equipamento de processamento de peixe totalmente novos	Realizar estudos de custo/benefício do investimento na capacidade de processamento de peixe	Ministério da Pesca Direcção Nacional para o Estudo das Infra-estruturas e do Mercado do	A
Turismo					
48. Tornar mais fácil para os visitantes se deslocarem e saírem de Angola	2007	Apoiar voos adicionais para e de Angola de companhias aéreas estrangeiras e nacionais	Nenhum	Ministério do Turismo Ministério dos Transportes	A
49. Aumentar a capacidade hoteleira e turística de Angola	2007-2008	Atração de investimentos para infra-estruturas hoteleiras e turísticas.	Financiamento e formação	MINHOTUR ANIP Sector Privado	A
50. Acelerar a regulamentação da lei publicada recentemente sobre a obtenção de vistos	2007	Simplificar os requisitos de vistos e dinamizar o aspecto burocrático para obtenção de vistos	Realizar levantamentos das melhores práticas em outros países africanos e em outros locais	Serviços de estrangeiros e fronteiras	A
51. Criar a imagem de Angola como destino turístico	2007-2008	Promover o marketing turístico para viajantes que já se deslocam a Angola	Estudos de mercado e sondagem de sucessos na África Austral	Ministério do Turismo Sector Privado	R

Objectivo	Programa ção	Acções recomendadas	Assistência técnica necessária	Apoio de agências locais ou externo	Prioridade^a
1	2	3	4	5	6
52. Qualificação dos recursos Humanos	2007-2009	Elaboração de programas de formação c		MINHOTUR Escolas do sector Sector Privado Ministério da Cultura	A
53. Desenvolvimento integrado das infra-estruturas dos serviços postais nas zonas rurais	2007-2009	Reforço institucional legal e administrativo	Formação	Ministério das Telecomunicações Sector Privado	A
54. Desenvolvimento integrado das infra-estruturas de telecomunicações nas zonas rurais	2007-2009	Capacitação de recursos humanos relativas telecomunicações	Formação	Ministério das Telecomunicações Sector Privado	A
55. Desenvolvimento integrado das infra-estruturas de Meteorologia	2007-2009	Capacitação no âmbito da meteorologia	Formação	Ministério das Telecomunicações Sector Privado	A

^a Prioridades são altas ou imediatas(A), essencial mas não imediato(E), ou recomendado (R).

+ A proposta do Sector de Telecomunicações e Meteorologia esta integrado foi encaixado no grupo do Turismo